

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

PATRICIA CARNICELLI SPADACCINI

**PERSPECTIVAS DE FUTURO DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO.**

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DE FORMADORES

**SÃO PAULO
2020**

PATRICIA CARNICELLI SPADACCINI

**PERSPECTIVAS DE FUTURO DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO.**

Trabalho Final apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE PROFISSIONAL em Educação no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores, sob a orientação da Profa. Dra. Clarilza Prado de Sousa.

SÃO PAULO

2020

PATRICIA CARNICELLI SPADACCINI

**PERSPECTIVAS DE FUTURO DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO.**

Trabalho Final apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE PROFISSIONAL em Educação no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores, sob a orientação da Profa. Dra. Clarilza Prado de Sousa.

Aprovada em: _____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr^a Clarilza Prado de Sousa (orientadora)

Prof. Dr^o Nelson Gimenes

Prof. Dr^a Karina Alves Biasoli Stanich

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____ Data __/__/__

FICHA CATALOGRÁFICA

1. Autor: Patricia Carnicelli Spadaccini
2. Título: Perspectivas de Futuro de Jovens em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação
3. Programa: Educação: Formação de Formadores. PUC-SP. São Paulo: São Paulo, 2020
4. Nº de folhas: 109
5. Ilustrações: 0
6. Grau: () dissertação (x)
7. Área de Concentração: Educação: Formação de Formadores
8. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Clarilza Prado de Sousa
9. Palavras-Chave: Futuro, Jovens, Medida Socioeducativa de Internação, Representação Social, Avaliação Emancipatória

Dedico este trabalho, principalmente, a todas as crianças, adolescentes e jovens com os quais já convivi e que me despertaram o interesse por esta luta.

E também à memória de pessoas especiais e importantes nesta conquista: meu pai Zelindo, minha avó Leonor, minha tia Lia e minha sogra, dona Elia. Se cheguei aqui com certeza vocês são responsáveis de alguma forma por isso.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente! Mesmo não podendo me considerar a pessoa mais religiosa do mundo, acredito numa força maior que me protege e me guia e à qual sou profundamente grata.

À brilhante orientadora, professora doutora Clarilza Prado Sousa, por toda sua sabedoria e luta, assim como sua paciência e empatia neste árduo processo de escrita. Meus profundos, sinceros e eternos agradecimentos, foi um enorme prazer e honra conhecê-la e ser sua orientanda.

Aos professores doutores da banca de qualificação e defesa, Nelson Antônio Simão Gimenes e Karina Alves Biasoli Stanich, por suas considerações extremamente relevantes para a concretização deste trabalho. Karina, obrigada em especial pela sua dedicação, interesse, pontuações e sugestões para cada detalhe na melhoria da dissertação, e ao professor Nelson, pelo aprendizado em avaliação, a troca de experiências durante um semestre, sua generosidade, carisma e alegria.

Aos professores do programa de formação de formadores, carinhosamente conhecido como FORMEP, por compartilhar tanto conhecimento e experiências, em especial as professoras doutoras Vera Placco, por sua preocupação para comigo além de simplesmente uma aluna, Laurinda Ramalho de Almeida, por toda sua doçura, Laurizete Ferragut Passos, por sua competência, e Marli Eliza Dalmazó Afonso de André, pelo ser humano incrível que é.

Aos professores do Senac, em especial, aos participantes da pesquisa que gentilmente cederam seu tempo e experiência para responderem ao questionário, mas, sobretudo pela disponibilidade, interesse, coragem e persistência no trabalho que realizam junto aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Ao Senac, por me proporcionar experiências profissionais há anos e a todas as pessoas que lá conheci e compartilhei histórias profissionais e pessoais, em especial, o nascimento do meu filho.

À Fundação Casa pela acolhida, em especial a unidade Mário Covas e aos jovens que brevemente participarão da realização do grupo focal, meu muito obrigada antecipado.

À minha mãe Alba, meus irmãos Alexandre, Claudia e Daniel, meu marido Alex e a todos os meus familiares e amigos queridos e amados pela compreensão, torcida, incentivo, preocupação, trocas, alegrias, carinho, respeito, cumplicidade e empatia.

À turma 7 do mestrado pela troca, aprendizado, conquistas e alegrias compartilhadas, em especial ao grupo formado pelas amigas, carinhosa e divertidamente denominadas as “Gatinhas do Formep”, Thays Abreu, Rita Marques, Priscila Valente e Adriana Paz, em especial a amiga que se transformou em irmã e confidente Thais Mota Diniz, com carinho, respeito e admiração, agradeço seus ombros, ouvidos e competência, tanto nas questões pessoais quanto nas questões técnicas voltadas ao auxílio nas correções da minha escrita tão ínfima comparada à sua, sempre com prontidão e muito carinho. Amo você.

Aos queridos amigos de trabalho do Senac, Graciela Santos e Thiago Matos por seu socorro imediato, afetivo e competente no auxílio às burocracias.

Ao queridíssimo amigo e assistente de coordenação do FORMEP, Humberto Silva, por sua estimada ajuda e pronta disposição às minhas solicitações sem fim, com certeza seu auxílio foi fundamental para tranquilizar-me nos momentos de desespero e aflição, sem contar as conversas e alegrias compartilhadas.

Algumas pessoas também importantes que me auxiliaram em situações pontuais, mas extremamente necessárias ao momento, como a jovem Paloma Torres, pelos préstimos tecnológicos (como a perturbei com minha ignorância digital), às tutoras Vanessa Rodrigues, pelo auxílio inicial ao acompanhamento de minha dissertação e principalmente, Tânia Morgado, pela ajuda com o processamento de dados gerados. A Ana Cristina Bastos pela intermediação simpática com os processos de aprovação de pesquisa na Fundação Casa, às companheiras de luta Fabiana Ferreira e Regina Paulinelli, pela troca e sugestões quanto à formação, a amiga de longa jornada Débora Gavira, pelo auxílio com o abstract, a todas monitoras e monitores do FORMEP, a Smirna Cavalheiro, pelos serviços de revisão ortográfica e da ABNT, foi um acalanto seu trabalho, a amiga Raffaella Pezzilli pela presença na qualificação e a todos presentes na defesa desse trabalho.

A todas as crianças, jovens e alunos com os quais compartilhei aprendizados, em especial a turma 219 da aprendizagem, que participou da realização de um grupo focal como forma de treino e apropriação da técnica.

E, por fim, e obviamente mais que especial, à minha Vida, carinhosamente chamado assim meu filho Pietro, você é meu presente divino, meu orgulho, meu

melhor trabalho e, sem dúvida, minha maior conquista. Obrigada pela compreensão, paciência e palavras nos momentos de desespero e desculpe pelos não dados às suas solicitações, principalmente quando eu estava envolvida, enrolada e enlouquecida com este trabalho. O melhor papel da minha vida é ser sua mãe. TE AMO!!

RESUMO

O estudo teve como objetivo compreender as perspectivas de futuro de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação a partir das representações sociais de professores do Senac que realizam cursos profissionalizantes dentro das unidades da Fundação Casa (FC). Descreve-se nesta pesquisa o perfil desse jovem, assim como as instituições parceiras envolvidas e particularidades no trabalho desenvolvido nesses centros, visando à ressocialização desses jovens. O trabalho teve como referencial teórico os estudos de Serge Moscovici (1961) sobre a teoria das Representações Sociais (RS) e a metodologia utilizada teve abordagem quantitativa e qualitativa. A coleta de dados deu-se por meio de questionário constituído de questões abertas e fechadas. Participaram da pesquisa trinta professores. Os participantes responderam sobre a descrição do jovem da FC, como eles acreditam que esse jovem se relaciona com os professores e com o seu futuro, assim como relataram como se relacionam com esses alunos. As respostas dos professores foram processadas pelo software IRaMuTeQ, e na sequência realizou-se uma análise dos significados e sentidos identificados. A análise de sentidos presentes nas categorias constituídas permitiu compreender que há uma visão negativa, ou no mínimo restritiva dos professores sobre o futuro desses jovens. Esses dados permitiram a proposição de uma trajetória formativa emancipatória visando a conscientizar os professores sobre suas representações e compreender como as representações dos próprios jovens sobre o futuro poderiam ser modificadas a partir de um processo de formação que construísse com os jovens uma possibilidade de esperança em seu próprio futuro.

Palavras-chave: Futuro. Jovens. Medida Socioeducativa de Internação. Representação Social. Avaliação Emancipatória.

ABSTRACT

The study aimed to understand the future prospects of young people in fulfilling a social and educational measure of detention from the social representations of Senac teachers who conduct vocational courses within the units of the Casa Foundation (FC). This research describes the profile of this young person, as well as the partner institutions involved and particularities in the work developed in these centers, aiming at the re-socialization of these young people. The theoretical reference was Moscovici's (1961) studies on the theory of Social Representations (RS) and the methodology used had a quantitative and qualitative approach. The data collection was carried out by means of a questionnaire consisting of open and closed questions. Thirty teachers participated in the survey. The participants answered about the description of the young man of the CF, how they believe this young man relates with the teachers and with his future, as well as they reported how they relate with these students. The teachers' responses were processed by the IRaMuTeQ software and an analysis of the meanings and directions identified was then performed. The analysis of the meanings present in the constituted categories made it possible to understand that there is a negative, or at the very least restrictive view of the future of these young people by the teachers. This data allowed the proposition of an emancipatory formative trajectory aimed at making teachers aware of their representations and understanding how the representations of the young people themselves about the future could be modified from a formation process that would build with the young people a possibility of hope in their own future.

Keywords: Future. Youth. Social-Educational Measure of Internment. Social Representation. Emancipatory Evaluation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem de professores segundo distribuição por formação	49
Gráfico 2 – Porcentagem dos sujeitos da pesquisa segundo a idade	49
Gráfico 3 – Porcentagem de sujeitos segundo tempo de magistério	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dendrograma gerado pelo IRaMuTeQ referente à descrição do jovem da FC	53
Figura 2 – Dendrograma gerado pelo IRaMuTeQ referente à relação professor e aluno	57
Figura 3 – Dendrograma gerado pelo IRaMuTeQ sobre a dica (orientação) dada pelos professores aos jovens da FC.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEDECA	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CONANDA	Conselho Nacional da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FC	Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
FEDEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FORMEP	Mestrado Profissional em Formação de Formadores
IRAMUTEQ	Interface de R pour les Analyses e Textes et de Questionnaires
LA	Liberdade Assistida
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PET	Programa Educação para o Trabalho
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RS	Representações Sociais
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
TRS	Teoria das Representações Sociais

SUMÁRIO

COMEÇOS	15
1 INTRODUÇÃO	20
2 AS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS	28
3 CONSTRUINDO OS REFERENCIAIS TEÓRICOS DE ANÁLISE	36
3.1 ESTUDOS CORRELATOS.....	36
3.2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: POSSIBILIDADE DE COMPREENSÃO DE PROFESSORES.....	43
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	48
4.1 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	48
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	53
5.1 SÍNTESES DAS ANÁLISES.....	63
6 CAMINHOS PARA FORMAÇÃO	66
6.1 CAMINHOS.....	66
6.2 PROPOSTA DE FORMAÇÃO.....	72
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO	89
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS PROFESSORES	90
ANEXO C – QUESTIONÁRIO	92
ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO	94
ANEXO E – FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS	95
FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS.....	95
ANEXO F – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	96
ANEXO G – GRUPO FOCAL COM OS JOVENS - MATRIZ	102
ANEXO H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS JOVENS	103
ANEXO I – DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DA FUNDAÇÃO CASA	105
DECLARAÇÃO.....	105
ANEXO J – OFÍCIO À JUÍZA	106

ANEXO K – RETORNO DA JUÍZA I.....	107
ANEXO L – RETORNO DA JUÍZA II	108

COMEÇOS

Desde muito jovem me envolvi com a questão social, principalmente pela atuação do meu pai, Zelindo, assim como era chamado, e que poderia ser considerado um educador, no sentido de unir, divertir e brincar com as crianças da rua.

Minha mãe também contribuiu nesse processo, pois se tornou inspetora de alunos por influência e grande ajuda de meu pai. Entretanto, antes dessa experiência já tinha passado pelo cargo de servente, portanto, o ambiente escolar lhe era familiar.

Lembro-me de que na escola na qual trabalhava havia uma classe especial¹. Essa sala ficava debaixo da escada, num espaço pequeno, escuro, úmido, totalmente inadequado para qualquer processo de ensino-aprendizagem, sobretudo para aquelas crianças e adolescentes que mais precisavam de condições saudáveis para se desenvolver. Não é à toa que tudo aquilo me marcou fortemente, influenciando minha formação enquanto educadora e o envolvimento com a causa social. Esse olhar preocupado com a questão do discriminado me levou à escolha natural pela educação e à luta pelos alunos considerados diferentes.

Embora meu pai almejasse para mim uma carreira militar, o magistério foi a opção escolhida, mas não me interessava por dar aula no sistema de ensino formal, o qual eu conhecia porque havia passado por ele. Naquela época eu brincava dizendo que iria trabalhar no circo, por isso fui fazer teatro.

No curso técnico de ator do Senac² Santana, conheci Izabella Neves, uma grande amiga que me levou para trabalhar no extinto SOS criança, instituição que atendia crianças e adolescentes em diversas situações: perdidas, de rua, encaminhadas por ordem judicial, muitas vezes acometidas por maus-tratos e abusos. Izabella que também contava com a atuação de sua mãe na área social, Maria das Graças Neves (que futuramente se transformou em minha amiga e companheira de trabalho no Senac), já trabalhava no local e nos levou para atuar na instituição como “palhaças”, nós duas, e mais a Helena, ou melhor,

¹ Nome dado às salas que recebiam alunos caracterizados como "excepcionais", conforme a definição estabelecida na Deliberação do Conselho Estadual de Educação - CEE nº 13/1973, que considerava como "...excepcionais os alunos que, devido a condições físicas, mentais, emocionais ou socioculturais, necessitam de processos especiais de educação para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades".

² Esse foi meu primeiro contato como aluna com o Senac, jamais imaginaria que um dia iria trabalhar nessa instituição.

Tígela, Lílica e eu, a Píndola. Tinha 21 anos e vinha de uma única experiência profissional como recepcionista de um salão de cabeleireiro.

Sempre digo que os dois anos em que trabalhei no SOS criança trouxeram-me muito mais experiência prática que os cinco anos da faculdade de Psicologia. Lá vi e ouvi de tudo. Aos 23 anos, quando saí do SOS criança para trabalhar em um abrigo, já era outra jovem. Era educadora social e acompanhava e auxiliava a rotina diária das crianças e adolescentes que moravam na casa, como levar à escola, auxiliar nas refeições, nas atividades externas, tarefas escolares, etc. Reforçando assim minha escolha, minha vontade em continuar lutando por essas crianças e jovens a fim de que tivessem as mesmas oportunidades, os mesmos direitos de outras crianças. Fazendo hoje uma reflexão sobre minha vida profissional, encontro os fios que me conduziram até onde estou atualmente trabalhando com jovens da Fundação Casa.

Optando por esse cominho, hoje vejo muito bem o momento que escolhi trabalhar no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA). Lá atuava com uma realidade ainda mais difícil: a rua, e também acompanhava alguns jovens na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), hoje conhecida como Fundação Casa, atendendo casos de meninos ou meninas, muito mais situações com meninos atendidos pelo CEDECA e que, naquela ocasião, estavam cumprindo a medida socioeducativa de internação, fui observando que tinha encontrado de fato minha vocação, meu espaço de luta nesta vida.

Como educadora social atuando com crianças em abrigo, ou em situação de rua e observando a condição de extrema vulnerabilidade que viviam, procurava fortalecer o vínculo, a importância da convivência, do compartilhar, para que assim pudesse despertar o interesse de uma nova vida, em abrigo, onde seriam mais protegidos que na rua. Nesse espaço resgatávamos os cuidados básicos que eles haviam perdido e já desconheciam por viverem nas ruas, como banho, alimentação diária e regular, atividades lúdicas, artísticas e esportivas.

Rotinas civilizatórias e de convivência difíceis de implantar para quem foi excluído de um lar, de apoio mínimo conquistado pela humanidade na sociedade atual. Foi difícil para eu compreender como jovens e crianças nessa situação introjetaram de tal forma a rejeição, a dificuldade de aceitar o cuidado, a atenção de uma casa abrigo. Parece mesmo que se sentiam mais seguros na rua, na exclusão, na violência, na vida árdua que viviam.

Somente a convivência rotineira com essa realidade me permitiu entender esses mecanismos que à primeira vista podiam parecer uma falta de vontade, uma preguiça e uma falsa ilusão de que viver na rua é ter maior liberdade e que era uma escolha feita por eles.

Compreender essa situação me exigiu maior preparo para atuar frente a ela. Assim, senti a necessidade de me graduar e fui estudar Psicologia, contribuindo muito essa escolha para a minha primeira experiência em sala de aula com um curso do Instituto Capacitação Solidária³. Os alunos do curso eram meninos em situação de rua, cumprindo medida socioeducativa como semiliberdade ou liberdade assistida (LA), ou em condições de extrema carência, como moradores de cortiços da região central.

Em 2004, entrei no Senac, inicialmente como docente para atuar no Programa Educação para o Trabalho (PET), curso destinado a jovens carentes para desenvolver competências necessárias à inserção no mercado de trabalho e após três anos assumi a coordenação do projeto. Foi no Senac também que iniciei o projeto em que estou até hoje.

Sem parar de me preparar para atuar com essa população, em 2009 fiz uma pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica (PUC), Formação em Psicodrama, unindo teatro e psicologia na busca de melhores práticas socioeducativas para desenvolver aulas mais dinâmicas, atrativas, para as turmas as quais coordenava e por vezes atuava.

Embora durante dez anos tenha me distanciado da atuação direta com esses jovens mais vulneráveis, seja porque estava fazendo cursos para meu aperfeiçoamento pessoal, ou trabalhando em atividades com outros tipos de jovens, também carentes e necessitados, sentia que minha busca estava mesmo direcionada para atuar frente a essa população tão marginalizada pela sociedade.

Então, em 2016, foi com um misto de surpresa, preocupação e responsabilidade que percebi que chegou a hora ao receber o convite para atuar com os jovens que cumpriam medida socioeducativa de internação na Fundação Casa, para ministrar cursos livres voltados à profissionalização dos internos que ficavam na unidade da Vila Maria.

Hoje minha meta no trabalho com os jovens da Fundação Casa e minha grande expectativa é a possibilidade de transformação. Acredito que a educação seja um dos aspectos

³ A Associação de Apoio ao Programa de Capacitação Solidária (AAPCS) é uma organização da sociedade civil com finalidade pública e responsável pela implementação e administração do Programa Capacitação Solidária (PCS). Desenvolve programas de capacitação de jovens e de profissionais da área social. Disponível em: <http://www.buscajovem.org.br/formadores/programa-capacitacao-solidaria>. Acesso em: 19 abr. 2019.

que pode efetivamente transformar a vida desses jovens, mas reconheço que as dificuldades são muitas: ambiente insalubre, poucas condições educacionais, sistema com grandes dificuldades e uma boa parte dos funcionários sem esperança. Não os culpabilizo, pois também sofrem com as dificuldades citadas, estão contaminados e desanimados.

Embora com prática, experiência profissional e flexibilidade docente, sentia que ainda não era o suficiente para aperfeiçoar minha atuação profissional e oferecer subsídios para uma formação adequada aos jovens da Fundação Casa. Como em outras situações em que busquei me formar para atuar melhor frente a essa população, procurei o FORMEP. E o que quero? Mudança? Melhorias? Transformação? Mas qual? Ou quais? A esperança de um mundo melhor? Menos injustiça? Mais igualdade social? Que a redução da maioria penal NUNCA seja aprovada? Que a educação reverta esse quadro de aumento de internações? Mas como alcançar essa última pergunta se nem nós, profissionais que atuamos na Fundação, estamos devidamente preparados para respondê-la?

Não há nenhum tipo de formação inicial para atuar como professor na Fundação, nem no ensino regular, nem nos cursos oferecidos pelo próprio Senac. Atualmente, onde trabalho, complexo da Vila Maria, atendemos turmas de, no máximo, quinze alunos para a maioria dos cursos. Para os cursos de cozinha são dez jovens e os de informática são oito. A unidade da Vila Maria só atende meninos e ao todo são cinco casas dentro do complexo: Bela Vista, Mário Covas e São Paulo para jovens com primeira passagem em internação e Belém e Vila Guilherme para os réincidentes (jovens que já foram internados outras vezes).

Em minha busca para atendimento desses jovens ministrei cursos diversos de: rotinas básicas de administração de pessoal, rotinas básicas de escritório, telemarketing, marketing, vendedor de varejo de moda, técnicas básicas de vendas no varejo, recepção e atendimento telefônico, excelência no atendimento a clientes, lanches e sucos, preparo de pizza, organização e eventos, logística de transportes, pintura artística para recreadores, criação de roteiro para histórias em quadrinhos, empreendendo pequenos negócios, desenvolvimento socioambiental e informática.

São diferentes cursos que me obrigaram a me reinventar como docente, pois tudo que já havia realizado não se adequava ao contexto encontrado, com a expectativa e os desejos demonstrados pelos jovens da Fundação Casa. Era preciso ir além, conhecer a natureza do

aluno, assim como sua realidade e, em conjunto com outros profissionais, também ter como meta a mudança de vida desses jovens.

A vinda para o FORMEP - Mestrado em Formação de Formadores - teve também como objetivo buscar, além de desenvolvimento profissional, auxílio na orientação a outros profissionais que, atuando nesse tipo de ensino, podem aperfeiçoar o trabalho que desempenham.

O presente estudo tem justamente esse sentido. É uma ponta de lança para as atividades que procurarei desenvolver futuramente.

1 INTRODUÇÃO

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.
Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo.
Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.

Rubem Alves

O interesse pelo estudo surgiu no contexto das reflexões que marcaram a trajetória profissional da autora e consolidou-se no decorrer do segundo semestre do mestrado. Toda a história profissional, o envolvimento com a causa social, o trabalho com os jovens, além de sua história familiar e a atividade que vem desenvolvendo na Fundação Casa foram fundamentais para a escolha da pesquisa aqui desenvolvida.

Partimos da análise e descrição de documentos importantes em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, assim como materiais e pesquisas que descrevem o perfil do jovem em cumprimento de medida socioeducativa de internação chegando ao problema e objetivos para esse trabalho.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁴ documento mais importante em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, neste ano de 2020 completou trinta anos de existência. É uma Lei (nº 8.069, de 13 de julho de 1990) que surgiu da necessidade de proteção integral à criança e ao adolescente, conforme já descrito em seu artigo primeiro (art. 1º)⁵. É nessa lei que também constam as definições legais sobre idade, ou seja, é considerada criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente de 12 a 18 anos, assim como questões relacionadas à prática de ato infracional e às medidas socioeducativas que serão tratadas mais à frente e que estão relacionadas ao jovem que será retratado.

Para tanto, é necessário apresentar quem será o protagonista da pesquisa. Em relação à estrutura familiar desses jovens, poderíamos afirmar que a maioria vem de um contexto que se caracteriza principalmente pela criação materna, sobretudo,

⁴ A partir deste momento utilizaremos ECA para Estatuto da Criança e do Adolescente.

⁵ Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

considerando tanto os relatos dos adolescentes e o acompanhamento dos casos serem conduzidos pelas mães, ou seja, nas visitas semanais realizadas nas unidades a presença de familiares se dá pela participação das mães, tanto nos relatos dos funcionários, em especial da equipe pedagógica, principalmente em pesquisas, como a apresentada por Barros (2015).

Em relação à dinâmica familiar, a maioria dos adolescentes foi criada apenas com a mãe (43%), o que provavelmente implica em significativos períodos desacompanhados, inclusive na infância, pois mães, chefes de família, geralmente trabalham fora e permanecem longos períodos distantes de suas residências. (BARROS, 2015, p. 71)

Tal porcentagem foi apresentada pelo Conselho Nacional de Justiça (2012), por meio do Programa Justiça ao Jovem⁶ que, por meio de entrevistas com os jovens, apontou essa prevalência da criação apenas pelas mães, 43%, além disso, 4% foram criados sem a presença do pai, 38% criados por pai e mãe e 17% pelos avós. A pesquisa destaca que um mesmo jovem pode ter sido criado por mais de um ente familiar, como, por exemplo, pais e avós simultaneamente, o que explica o fato de as porcentagens somarem mais de 100%.

Ainda sobre eles, são jovens com atraso na escolaridade, vindos muitas vezes de abandono escolar ou de um processo de exclusão social e educacional, deparando-se com um currículo normalmente distante de sua realidade e necessidade. Com isso, a aproximação constante com esses jovens em privação de liberdade fez emergir na pesquisadora o interesse em compreender em quais circunstâncias se dará o futuro deles.

De acordo com o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de São Paulo (2014), considerando os dados referentes ao mês de julho do ano referenciado, apenas 392 jovens internados estavam com idade e escolaridade compatíveis, e 6.041 jovens estavam com defasagem de idade e série. Esses dados revelam, portanto, um índice assustador: 93,91% dos jovens internados estavam com atraso escolar, considerando o período pesquisado.

Segundo Silva (2018), o perfil da população privada da liberdade no Brasil mostra que são jovens de baixa escolaridade e qualificação profissional, afrodescendentes, que falharam anteriormente em todas as possibilidades de

⁶ Tem por escopo elaborar diagnósticos sobre o cumprimento das medidas socioeducativas de internação de jovens em conflito com a lei.

socialização com a família, religião, escola, sociedade, cujo desenvolvimento não se dará apenas pautado no currículo ou por professores especializados. Isto é, necessário também sensibilidade e compreensão do docente para todos esses aspectos, com foco na superação de muitas questões já enfrentadas por esses jovens e a transformação por sujeitos mais autônomos, críticos, éticos e solidários.

Já o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo⁷ (SINASE, 2016), Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, apresentado em comemoração aos 16 anos do ECA, demonstra o desrespeito que é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse Sistema regulamenta os princípios, regras e critérios da execução das medidas socioeducativas do Brasil, ressaltando seu caráter pedagógico e considerando para esse trabalho especificamente o jovem em medida de internação.

De acordo com os dados do SINASE (2016), 96% desses jovens em restrição de liberdade são do sexo masculino e a faixa etária com maior incidência está entre 16 e 17 anos com 57%, seguida pela faixa etária de 18 a 21 anos com 23%, já entre 14 a 15 anos o número indica que estaria em 17%, e entre 12 a 13 anos com 2%. Em relação à raça/cor, 59,08% dos jovens internados foram considerados de cor parda/preta, 22,49% de cor branca, 0,91% de cor amarela, 0,98% da raça indígena e 16,54% não tiveram o registro.

Também o Atlas da Violência (2019) em seu capítulo intitulado “Juventude perdida”, ao traçar os índices de homicídio de jovens no Brasil, registra números assustadores e um tanto anômalos, sobretudo em relação a São Paulo e também ao Rio Grande do Norte. O estudo retrata a morte prematura de jovens entre 15 a 29 anos e seu constante crescimento. Entretanto, São Paulo ocupa a última posição no ranking, com 18,5, bem abaixo da média nacional, que é de 69,9% por cem mil jovens, destacando Rio Grande do Norte com a maior taxa, 152,3%.

Comparando esses dados com aqueles apresentados pelo SINASE (2016), do número de jovens internados, observa-se uma distorção, ou seja, São Paulo está no topo do ranking com quase dez mil jovens cumprindo medida socioeducativa de internação e abaixo na média nacional em casos de homicídio de jovens, enquanto o Rio Grande do Norte ocupa o antepenúltimo lugar com apenas 142 jovens internados e ocupa o topo do ranking no homicídio de jovens. Seria então a internação a solução para a preservação da vida juvenil?

⁷ Será utilizado Sinase para Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

É nesse sentido que dados como esses reforçam a opinião da grande maioria da população brasileira, 84%⁸, que acredita na redução da maioridade penal para os 16 anos como sendo uma excelente saída para a questão da redução da violência. Tanto que, em 2015, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93⁹ chegou a ser aprovada pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação pelo Senado Federal.

Bueno e Penna (2016, p. 389) afirmam que “a privação da liberdade tornou-se a forma de punição por excelência”. Tais palavras comprovam o olhar da sociedade para essas instituições de ensino em regime fechado, acreditando ser o local certo para “tudo que deu errado”. São locais marginalizados e que enfrentam problemas peculiares, além daqueles enfrentados pelas escolas da rede oficial, como falta de estrutura, materiais, profissionais especializados, entre outros.

Em seu artigo sobre a lacuna do que é proposto e o que é vivido na educação escolar na prisão sob a perspectiva dos professores, Onofre (2009) chama a atenção para o relato de professores ao comentar tais fatos

em suas falas, os professores deixam claro ser fundamental a integração de todos os profissionais envolvidos no processo de educação, e a percepção e compreensão de que o homem e a vida não estão prontos, acabados, cabendo a cada um fazer-se homem com a ajuda do outro. Nenhum homem preso nasceu criminoso, delinquente ou imune à mudança. A educação deve contribuir nesse processo de humanização, conscientização e formação, e ela só acontece através de um projeto educativo elaborado e desenvolvido por toda a equipe responsável pela reeducação e reinserção do aprisionado à vida social quando em liberdade. (ONOFRE, 2009, p. 237)

É preciso também afirmar, além disso, a preocupação com a formação de vínculo professor e aluno, tão importante para a relação educacional. No entanto, sabe-se que para que isso aconteça é necessário estar despojado de preconceitos e conhecer a realidade do aluno, o que não significa dizer aceitar seu ato infracional, seja o que tenha feito para estar internado. É fundamental romper com a forma de trabalho vigente dentro das unidades da FC, relacionada à punição pelo ato infracional

⁸ Pesquisa realizada pelo Datafolha em 2018. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/01/14/15c9badb875e00d88c8408b49296bf94-v.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

⁹ Disponível em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>. Acesso em: 26 abr. 2020.

cometido, em que o professor assume as “responsabilidades da equipe da unidade, tal como oferecer elementos para o Judiciário, indicando a possibilidade ou não do término da medida socioeducativa” (BARROS, 2015, p. 113).

Tal prática implica em valor extra à tradicional avaliação escolar, que, além de mensurar conhecimentos curriculares, passa a apontar quais alunos estão aptos ao convívio social, pois, direta ou indiretamente, a avaliação escolar influenciará no direito à liberdade do aluno.

Questões como essas acabam evidenciando que a educação parece não ser prioridade nessas instituições. Silva (2018) enfatiza, por exemplo, que a segurança e disciplina são consideradas mais relevantes que a reabilitação, o desenvolvimento pessoal e a inserção do preso. Acrescenta ainda que a lógica está mais voltada para “*administração do problema*¹⁰ e não de *resolução do problema*, perpetuando o ciclo de pobreza, de miséria e de violências que marcam a trajetórias de vida das pessoas necessitadas da proteção social do Estado” (SILVA, 2018, p. 29).

Mesmo a administração da disciplina não busca desenvolver no jovem a conquista pela autodisciplina, o autocontrole, elementos que seriam importantes em sua formação e recuperação.

Isso posto, e por se tratar de um ambiente considerado hostil, o processo seletivo dos docentes deve ser pautado em perfis adequados para a função, a fim de se evitar contratemplos e situações constrangedoras como um caso de conhecimento da pesquisadora¹¹, em que um professor disse explicitamente que “não daria aulas para bandidos”.

Ainda em relação aos professores, a questão da autonomia e espírito crítico é outro aspecto muito importante, pois esses profissionais vivem certas barreiras nesses espaços, tais como locais inadequados e insalubres, material limitado, falta de recursos tecnológicos, entre outros, que implicam na qualidade do ensino e no pleno exercício da docência.

A qualidade da educação passa também pela formação de professores que se interessem em conhecer o contexto que vivem esses garotos, o que muitas vezes leva certo tempo e exige que esses professores adquiram experiência. É sempre

¹⁰ Destaque do autor.

¹¹ Processo de contratação de docente do Senac para ministrar aulas na Fundação Casa em 2018 que não foi concretizado.

importante afirmar que esse é um espaço que só uma educação transformadora teria condições à formação integral e ao processo de reinserção social.

Nesse sentido, é urgente que esses alunos sejam apoiados em seu processo de superação de dificuldades, o que seria possível se houver uma escola de maior qualidade. Não é sofisticação, mas sim qualidade adequada às necessidades, conforme descreve Carvalho:

[...] a escola é espaço de perpetuação das desigualdades sociais, não conseguindo contribuir para que os estudantes que possuem condições de vida menos favoráveis estabeleçam uma relação positiva com a escola. Contraditoriamente, apenas quando em situação de privação de liberdade conseguem estabelecer algum vínculo com a escola e que por certo é provisório, como demonstram as várias idas e vindas desses adolescentes para a Fundação Casa. Ainda, não se pode esquecer que a escola na Fundação CASA tem por obrigação dar conta de um direito que foi tomado desses jovens, o direito à escola; e que a efetivação ou não das expectativas destes jovens frente ao futuro não depende só da escola, mas de suas condições concretas de vida. (CARVALHO, 2017, p. 215)

É no contexto dessas considerações que entendemos como importante compreender as perspectivas de futuro desses jovens, considerando os números adversos e a realidade tão difícil em que vivem. Compreendemos que assim poderíamos contribuir para o direcionamento da educação que hoje é ofertada. Pensando no agora para a construção de um futuro com maiores possibilidades. Enfrentamos essa problemática não sem incertezas, mas com perspectivas.

O interesse pela problemática relacionada ao futuro dos jovens da FC surgiu no segundo semestre do mestrado da pesquisadora quando realizou um estudo com professores que ministram os cursos profissionalizantes do Senac, do qual também faz parte, cujos resultados do trabalho sinalizaram algumas adversidades sobre como os professores vislumbram o futuro desses jovens, as quais serão tratadas aqui com maior clareza.

Assim, partindo desses dados apresentados, definimos o problema da presente pesquisa a *compreensão das perspectivas de futuro dos professores em relação aos jovens da Fundação Casa (FC)*¹².

¹² A partir deste momento utilizaremos FC para Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente.

A partir do problema apresentado, definimos como objetivo geral da presente pesquisa compreender as perspectivas de futuro de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação a partir das representações sociais de professores do Senac que realizam cursos profissionalizantes dentro das unidades da Fundação Casa (FC).

São os seguintes objetivos específicos que contemplam a pesquisa:

- a) construir um itinerário formativo aos professores a partir do estudo das Representações Sociais desses professores sobre a perspectiva de vida e de futuro dos jovens da FC;
- b) contribuir para a formação dos professores que atuam nos cursos profissionalizantes da Fundação Casa.

Contaremos com o apoio teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais¹³ (TRS), que possibilita compreender os sentidos e significados presentes nos discursos dos sujeitos desta pesquisa, no caso, os professores.

Mazzotti (1994) descreve que o estudo da TRS pode ser um caminho para a educação

[...] na medida em que investiga justamente como se formam e como funcionam os sistemas de referência que utilizamos para classificar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade cotidiana. Por suas relações com a linguagem, a ideologia e o imaginário social e, principalmente, por seu papel na orientação de condutas e das práticas sociais, as representações sociais constituem elementos essenciais à análise dos mecanismos que interferem na eficácia do processo educativo. (MAZZOTTI, 1994, p. 60-61)

A TRS é importante neste estudo porque permite descrever as orientações dos comportamentos em uma dada realidade construída. Além disso, dois processos psicossociais são responsáveis pela formação de representações sociais: a ancoragem e a objetificação.

A objetivação se refere a processos que permitem o familiarizar-se com o desconhecido. Objetivar é construir uma forma, uma imagem icônica ou não a um objeto. Ancorar também significa rotular e classificar, relacionar determinada imagem a um significado presente em nosso universo de conhecimentos ou afetos. Moscovici (1978, p. 289 *apud* MAZZOTTI, 1994, p. 63) descreve a objetivação como a

¹³ A partir deste momento utilizaremos TRS para Teoria das Representações Sociais.

“passagem de conceitos ou ideias para esquemas ou imagens concretas” e a ancoragem como “a constituição de uma rede de significações em torno do objeto, relacionando-as a valores e práticas sociais”.

Diante do exposto, Sousa *et al.* (2018), no capítulo “Qual Futuro? Representações Sociais de Professores, jovens e crianças”, discutindo sobre o futuro e apoiados em diversos autores, destacam a questão do “presenteísmo” e a incapacidade de projeção em relação ao futuro de jovens nessa faixa etária. Comentam os autores que o emprego da Teoria da Representação Social é útil para compreender essa questão, apresentando um importante

[...] instrumento teórico e metodológico para a compreensão das relações que se constituem na prática da escola e como um potencial político na identificação de um sujeito-professor, contextualizando-o em uma dimensão psicossocial. Esses estudos têm revelado a complexidade, das representações sociais, na sua multiplicidade e variedade de interrelações e ressaltando a contribuição do contexto social na sua construção. Além disso, trazem grande interesse entre pesquisadores da educação, especialmente porque possibilitam apoiar os processos de constituição da subjetividade e promover condições de consciência social, desvelando as contradições construídas no cotidiano que estão sedimentadas nas comunicações do senso comum. (SOUSA *et al.*, 2018, p. 21)

Em estudo realizado anteriormente pela pesquisadora, ainda no segundo semestre do curso de mestrado, ficaram evidentes as possibilidades de utilização da TRS quando descrevemos como os professores representam o futuro dos alunos em cumprimento de medida socioeducativa de internação da FC. A importância da pesquisa realizada e os resultados alcançados foram incorporados no presente trabalho e serão descritos mais à frente, considerando nos próximos capítulos as instituições parceiras envolvidas, os referenciais teóricos de análise, os procedimentos metodológicos, as apresentações e discussões dos dados para, enfim, trilhar uma possibilidade de caminho para a formação docente considerando todo o contexto trabalhado.

2 AS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, mais conhecida como Fundação Casa, e ainda muito mais conhecida com seu antigo nome, Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), existe desde 1976, sendo que a mudança do nome ocorreu em 2006¹⁴. Essa troca vai além da substituição de uma nomenclatura, foi um símbolo da reformulação das políticas governamentais: “[...] o objetivo desta iniciativa foi o de criar uma nova imagem da Fundação para a sociedade, de modo a afastar o estigma negativo que a FEBEM criou para si no decorrer de sua história” (OLIC, 2013, p. 1).

Essa mudança visava, sobretudo, cumprir o que previa no Estatuto da Criança e do Adolescente e no SINASE, sistema que foi criado no mesmo ano da mudança e que, segundo o site do governo de São Paulo, também do mesmo ano, relata¹⁵:

De acordo com a presidente da Febem, a mudança de nome é importante porque reflete uma mudança de mentalidade, na qual o Estado trabalha para desativar as grandes unidades e substituí-las por unidades menores, com forte conteúdo pedagógico e participação do Terceiro Setor, ou seja, a parceria de entidades da sociedade civil na gestão. Além disso, a troca do nome também é condizente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ainda sobre a questão da mudança de nome da instituição, Marzochi (2014), descreve que, a não efetiva preocupação relacionada a mudanças estruturais, educacionais, fazem com que seus problemas ainda perdurem

[...] até a mudança de nome da instituição, não fizeram cessar os problemas da Fundação. Há ainda hoje rebeliões dos internos e denúncias de maus-tratos. Outra questão é a da reincidência, depois de tantas mudanças e reformulações, a instituição lida com jovens que incidem novamente, retornando à Fundação. Ainda que haja um esforço dos órgãos oficiais, a estrutura prisional da Fundação CASA, a sua história ao longo dos anos e a forma como vem cumprindo a ressocialização daqueles que infringiram a lei tornam quase impossível distingui-la de uma prisão. (MARZOCHI, 2014, p. 43)

¹⁴ A Lei nº 12.469, de 22 de dezembro de 2006, altera a nomenclatura Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) para Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA).

¹⁵ Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/governo-paulista-estuda-mudanca-do-nome-febem-para-casa/>. Acesso em: 29 fev. 2020.

Segundo o site da FC¹⁶, a instituição presta assistência a jovens de 12 a 21 anos incompletos em todo Estado de São Paulo que estão cumprindo medida socioeducativa de internação, determinada pelo Poder Judiciário, aplicadas de acordo com o ato infracional e a idade dos adolescentes.

Tecidas essas colocações, importante ressaltar sobre as medidas socioeducativas preconizadas no ECA em seu capítulo IV, que estabelece as seguintes orientações:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional. [...] Art. 115. A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada. Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima. Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. [...] Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. § 1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário. § 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses. § 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos. § 4º Attingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida. § 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade. § 6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público. § 7º A determinação judicial mencionada no § 1º poderá ser revista a qualquer tempo pela autoridade judiciária.

¹⁶ Disponível em: <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/>. Acesso em: 23 mar. 2019.

A despeito do ECA, em seu artigo 122, § 2º, a internação deveria ser a última medida socioeducativa aplicada, devendo ser utilizadas as medidas anteriores a ela, o que pelos dados e pela experiência atuando na área parece não haver real cumprimento da legislação e que terão mais elementos descritos a seguir.

Com isso, conforme o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de São Paulo (2014), houve um crescimento de 30% dos casos de internação referentes a 2006 a 2013. Já de acordo o SINASE (2016) os casos de internação no país aumentaram 6,3% em 2014, totalizando 24.628 jovens, desses quase dez mil estão em São Paulo, mais precisamente 9.572 adolescentes. De 2014 para 2015, continua o aumento do número desses casos, passando de 16.902 para 18.381 e de 2015 para 2016 sobe para 18.567 jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

[...] é possível perceber que o número de internações tem crescido sistematicamente enquanto os números de atos infracionais cometidos contra a vida não subiram em total proporção. Desse dado, percebe-se que a medida de internação tem sido utilizada também em casos em que as medidas cabíveis seriam de meio aberto. (BARROS, 2015, p. 82)

Nesse sentido, observamos que a internação está sendo utilizada como instrumento de punição e não de ressocialização e, ainda, de maneira arbitrária e em dissonância ao previsto em lei, reforçando as dificuldades encontradas no cumprimento da medida por parte do jovem e da própria instituição que não tem recursos, sobretudo estruturais, para acolher tal demanda.

Ainda segundo esse mesmo plano decenal do Estado de São Paulo, o tráfico de drogas equivale a 46% dos casos que levam a uma internação, seguido por roubo qualificado com 41% e em terceiro lugar com 4,5% por quebra de medida (embora não se configure como ato infracional quebrar medida, ou seja, deixar de cumprir a liberdade assistida ou a semiliberdade, ele pode ter uma regressão de medida e ser novamente internado). Em relação ao país, dados apresentados pelo SINASE (2016) revelam que 47% dos atos infracionais estão relacionados a roubo, 22% ao tráfico de drogas e 10% análogo a homicídio.

Considerando o crescimento de internações, e embora tenha ocorrido o aumento das unidades, a quantidade de jovens encontra-se maior daquela prevista em lei. Segundo o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de São

Paulo (2014), passaram de 95 centros existentes em 2006 para 148 centros em 2013, sendo que os centros que atendem jovens cumprindo medida socioeducativa de internação passaram de 41 para 56 unidades, correspondendo a um aumento de 36%.

Oliveira (2010) descreve que com a descentralização das unidades, a capacidade de atendimento seria em média de 46 adolescentes nas unidades de internação. Todavia, a orientação do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA), por meio da Resolução nº 46/1996, regulamenta a execução da medida socioeducativa de internação que as unidades de internação deverão possuir um atendimento de até 40 adolescentes. E o que constatamos nas unidades que atendemos é que as mesmas possuem em torno de 60 a 70 jovens.

Nesse sentido, convém esclarecer que não se trata apenas de estabelecer a internação sem antes preparar-se para receber adequadamente esses jovens, que embora tenham cometido um ato infracional, e conforme descrito, não necessariamente deveriam ter sido internados, são amparados por lei para se ressocializarem de maneira humana, conforme preconizado e descrito a seguir pela instituição responsável por acompanhar esses adolescentes.

Nos dados do site da FC¹⁷, publicados em 9 de junho de 2015, há um desenho para uma nova história da instituição construída juntamente com seus funcionários e tem o objetivo de definir as metas de ação e os referenciais da Fundação, norteados por

Missão: Executar, direta ou indiretamente, as medidas socioeducativas com eficiência, eficácia e efetividade, garantindo os direitos previstos em lei e contribuindo para o retorno do adolescente ao convívio social como protagonista de sua história.

Visão: Tornar-se referência no atendimento ao adolescente autor de ato infracional, pautando-se na humanização, personalização e descentralização na execução das medidas socioeducativas, na uniformidade, controle e avaliação das ações e na valorização do servidor.

Valores: Justiça, ética e respeito ao ser humano.

Finalidade: Cumprir as decisões da Vara da Infância e Juventude; Elaborar, desenvolver e conduzir programas de atendimento integral, que incluem a profissionalização e a reintegração social do adolescente;

Selecionar e preparar pessoal técnico necessário à execução dos programas socioeducativos, e aprimorar a sua capacidade profissional, mantendo para isso atividades de formação contínua, aperfeiçoamento e reciclagem de profissionais;

¹⁷ Disponível em: <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/>. Acesso em: 24 ago. 2019.

Participar de programas comunitários e estimular a comunidade no sentido de obter a sua indispensável colaboração para o desenvolvimento de programas de reintegração social e/ou cultural, educacional e profissional dos adolescentes;
Manter intercâmbio com entidades que se dediquem às atividades que desenvolve, no âmbito particular e oficial, celebrando convênios e contratos com as mesmas, sempre que conveniente e/ou necessário à harmonização de sua política, ou ao cumprimento de seus objetivos; principalmente para atuar como cogestora nas novas casas de internação, que serão administradas por ONGs da região da unidade;
Propiciar assistência técnica aos municípios que pretendem implantar obras ou serviços destinados ao mesmo objetivo.

Com isso, a obrigatoriedade da educação formal e do ensino profissionalizante, conforme alínea “XI - receber escolarização e profissionalização”, do artigo 124 do ECA, que trata dos direitos dos jovens cumprindo medida socioeducativa de internação, além de uma das finalidades destacadas acima, foi estabelecida a parceria entre o Senac e a FC conforme descrita a seguir (BRASIL, 1990, p. 69).

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) realiza a parceria com a FC desde 2015 no interior de São Paulo, e a partir do ano seguinte incluindo a capital. Essa parceria envolveu inicialmente a realização de cursos livres profissionalizantes nas próprias unidades de internação do interior. Primeiramente foram 25 opções de cursos de educação profissional básica, contabilizando 764 turmas para jovens de 14 a 21 anos, em 34 unidades, por um prazo inaugural de um ano¹⁸.

Toda a estrutura pedagógica é proporcionada pelo Senac, que inclui equipe docente qualificada, material pedagógico, apostilas, metodologia e treinamentos. A FC se responsabiliza a garantir a viabilidade do curso relacionada à estrutura física, segurança e equipamentos, sobretudo, para os cursos de cozinha e informática.

São oferecidos cursos básicos profissionalizantes, não podendo ser um curso técnico, onde a exigência de idade e escolaridade são bem definidas, ou seja, teriam que estar cursando no mínimo o segundo ano do Ensino Médio e ter no mínimo 16 anos, assim como o tempo de duração desses cursos ser de um ano e meio a dois anos e isso dificultaria a participação e conclusão nesse formato técnico. Segundo Silva (2018), o total de matrículas nas unidades de internação indica que 258 jovens

¹⁸ Disponível em: <http://www.intranet.sp.senac.br/intranet-frontend/noticias/detalhes/55265>. Acesso em: 29 fev. 2020.

estão matriculados no Ensino Fundamental I, 4.217 no Fundamental II, e 2.444 no Ensino Médio, dados esses referentes ao ano de 2014.

O Senac, que comemora em 2020 74 anos de história, é considerado uma instituição voltada ao ensino profissionalizante, cuja missão é "Educar para o trabalho em atividades do comércio de bens, serviços e turismo"¹⁹, tendo uma conceituada atuação nessa área. São mais de 60 unidades só na grande São Paulo e interior e está presente em todo o território nacional. A programação do Senac inclui cursos de todas as modalidades, do ensino profissionalizante, desde os cursos livres até a pós-graduação. Conta ainda com uma proposta voltada a ajustar os interesses e necessidades de cada cliente, por meio de seu atendimento corporativo. E foi daí que essa parceria foi firmada.

Sobre a parceria que o Senac realiza com FC, há normas definidas pela direção da própria FC que incluem: a não entrada de celular, cuidado com os materiais utilizados; rotineiramente a entrada e saída da sala é conferida pelo agente socioeducativo no início e término das aulas. Quando desaparece algum material da sala de aula, logo é recuperado, ou em caso negativo é mobilizada a equipe de segurança da própria Instituição.

Em relação aos professores, há também um controle de seus comportamentos. Todos devem utilizar avental, evitar falar de sua vida pessoal, principalmente local de residência, e aconselhável o aperto de mãos, como único contato físico que se deve ter. Também não é permitido aos professores levar nada aos jovens, incluindo guloseimas como doces e balas, mesmo que constantemente seja solicitado por alguns jovens. Interessante observar também que, considerando os códigos construídos entre os internos, muitos símbolos devem ser evitados pelos professores em suas aulas, como, por exemplo: palhaço, carpa, a marca *Tony Country*, pois os alunos construíram uma linguagem própria, com significados diferentes do usual, sendo necessário que os docentes tenham uma formação inicial que permitam comunicarem-se em sala de aula e garanta boa comunicação entre professor e aluno. Exemplificamos alguns termos corriqueiros: "boi" para se referir a banheiro, "pote" para se referir à cabeça, "grosa" para se referir a algo mentiroso ou que não existe, "emocionado" para se referir a um estado alterado, "coruja" para se referir a cueca, entre tantos outros.

¹⁹ Disponível em: <https://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=0>. Acesso em: 23 mar. 2019.

Muito interessante ressaltar, ainda, que para sua comunicação utilizam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) totalmente adaptada a uma maneira muito particular com expressões e formas próprias. Tal comunicação vem das unidades de internação provisória (são espaços em que os jovens ficam quando apreendidos até sair sua sentença), nas quais a disciplina é extremamente mais rígida, pois os jovens não podem se comunicar verbalmente e por isso se comunicam através de sinais.

Ainda em relação às normas de conduta, a linguagem utilizada e todo o contexto em que o professor está inserido para realizar suas atividades vão exigir do docente uma constante formação para atuar adequadamente com esses alunos, em uma escola totalmente diferente da escola regular, o que geralmente não ocorre.

Os dados coletados sobre a formação inicial dos docentes indicaram que os participantes não receberam orientações para a atuação junto a alunos privados de liberdade e com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em regime de internação. Todos alegam que não obtiveram nenhum tipo de informação sobre esse contexto em sua formação inicial. Foi evidenciado que os professores constroem suas propostas de trabalho pedagógico na prática, de acordo com suas experiências e na interação com os docentes que lecionam há mais tempo na Fundação. (JUNIOR, 2019, p. 125)

Um ambiente em que se torna crítico estabelecer um vínculo mais afetivo, uma vez que qualquer sinal de amorosidade geralmente é visto com indignação por alguns profissionais da FC, que geralmente acreditam que esses jovens não são dignos de qualquer tipo de carinho e respeito ou por preconceito ou por alguma forma de malevolência. Nesse sentido, o ambiente destinado ao ensino e aprendizagem fica bem distante do seu propósito, ou seja, o de possibilitar ao jovem o desenvolvimento de sua autonomia intelectual, de seu pensamento crítico e também o aprimoramento de habilidades e competências para continuar seu aprendizado, dificultando ainda mais o envolvimento dos jovens com os cursos.

Há aproximadamente uns dois anos uma nova parceria foi estabelecida entre as instituições envolvidas, beneficiando em muito o futuro e a vida escolar desses jovens. Quando desinternados, os jovens poderão fazer qualquer curso do portfólio do Senac, gratuitamente e sem precisar passar pelo processo de política de bolsas de estudo que o Senac tem. Entretanto, esses jovens precisam estar de acordo com os pré-requisitos estabelecidos a cada curso, como, por exemplo, em relação à idade e escolaridade.

Na unidade do Senac Penha, da qual a pesquisadora é funcionária, já recebemos alguns jovens que foram desinternados para realizar cursos. Há, no entanto, pontos a serem retomados, como o caso de um jovem que iniciou Técnico de Segurança do Trabalho, mas acabou abandonando o curso alegando que a instituição era muito distante de sua residência. Em decorrência disso, outros jovens que compareceram à nossa unidade foram encaminhados para realizar os cursos em outras, de preferência mais próximos à sua casa, facilitando assim o acesso e minimizando custos com transporte, que por muitas vezes pode ser um impedimento a continuidade de participação do curso.

Também podemos citar situações positivas, três casos de sucesso mais recentes, dois jovens que em dezembro de 2019 concluíram o curso de cabelereiro, sendo um deles um ex-aluno da pesquisadora e em março de 2020 uma jovem iniciou o curso de modelagem. Existe a possibilidade de frequentar escola técnica ou até mesmo fazer uma faculdade, mesmo estando internado, mas são poucos os casos. Infelizmente, essa opção é mais remota devido a toda logística que envolve essa ação, deslocamento de funcionário diariamente para acompanhar o jovem e transporte próprio da FC para poderem ir à unidade escolar.

Da mesma forma, em novembro de 2019 um aluno da turma que a pesquisadora ministrava o curso rotinas básicas de administração saiu da unidade de internação para realizar uma entrevista de emprego, acompanhado pelo coordenador pedagógico e agente socioeducativo, entretanto se deslocou sozinho ao local para participar do recrutamento. Tal jovem, no entanto, já estava de “conclusivo”, ou seja, seu relatório sugerindo sua desinternação já havia sido encaminhado ao juiz, assim como já havia passado por entrevista com equipe técnica externa a FC e só estava aguardando a liberação por parte do juiz.

As situações citadas acima são bastante importantes e relevantes para o futuro desses jovens e deveriam ser mais disseminadas levando em consideração um processo de mudança e de transformação, entretanto, ainda são pouco difundidas.

É nesse contexto que a presente pesquisa pretende compreender as perspectivas de futuro dos professores em relação aos jovens da FC, a fim de construir um itinerário formativo aos professores, podendo contribuir para a formação desses profissionais e o desenvolvimento dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

3 CONSTRUINDO OS REFERENCIAIS TEÓRICOS DE ANÁLISE

3.1 ESTUDOS CORRELATOS

Com o propósito de analisar como a temática vem sendo trabalhada, estudada por outros autores, identificar os desafios que ainda permanecem e que podem ser considerados na pesquisa, realizamos um levantamento de estudos correlatos por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com as seguintes palavras-chave: Representação Social, Professores e Fundação Casa. O levantamento realizado indicou que estudos sobre professores de alunos que cumprem medida socioeducativa de internação, sobretudo relacionados à questão da representação social, ainda são muito incipientes.

De acordo com autores em suas pesquisas e também através da experiência de busca para a construção deste artigo, constata-se que existe uma baixa produção acadêmica de profissionais da Educação (formados ou em formação) sobre a temática do adolescente em conflito com a lei. Com isso, percebe-se um desinteresse, por parte destes educadores, em discutir cientificamente a questão, diante de uma situação tão real em nosso país. Esse desinteresse tem como consequência a falta de informação sobre o assunto, que está provado nas pesquisas onde se destaca a deficiência na formação dos professores no quesito da habilidade para se trabalhar com tais adolescentes. (SAAB; LIMA, 2016, p. 264)

No entanto, quando realizamos a busca pelas palavras-chave: “representação social de professores”, o número de estudos é bem maior, embora poucas obras apresentem relação com alunos cumprindo medida socioeducativa em privação de liberdade. Por outro lado, foram encontrados 121 artigos referentes à FC, mas nenhum mencionava a problemática das representações sociais dos professores, ou mesmo abordava sobre as relações entre professor e aluno.

Entre os estudos identificados destacam-se especialmente os estudos de Machado (2015), que investiga a questão da prática docente dentro da FC, sendo relacionada diretamente à questão da educação profissional.

Em seu trabalho, Machado (2015) descreveu sobre a educação profissional, a parceria da antiga instituição que realizava os cursos profissionalizantes na FC, hoje desenvolvida pelos profissionais do Senac. Seu enfoque, de natureza psicológica, visava a compreender as relações institucionais vigentes. A autora realizou uma

pesquisa-intervenção com educadores utilizando a técnica do grupo focal, com a qual pode verificar que os cursos ganham ou perdem força de agir e compreender a partir das relações produzidas por meio das e entre as instituições, forças essas de cunho político, de manutenção ou ruptura de modos de educar para o trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Ao analisar sua obra, constatamos que a estrutura dos cursos realizados na FC quanto a contratação de profissionais é semelhante à desenvolvida hoje pelo SENAC. Assim como em relação às aulas, das 20 por curso, 15 são do módulo específico (aulas voltadas diretamente à ocupação trabalhada) e cinco do mundo do trabalho (comum a todos os cursos que tratam de conteúdos voltados à inserção ao mercado de trabalho e desenvolvimento de competências). Há, no entanto, exceções, como, por exemplo, a quantidade máxima de alunos por turma da antiga instituição, eram de 10 jovens, já no caso do Senac são 15; a exigência de escolaridade dos professores era de Ensino Médio completo, atualmente para o Senac é exigido nível superior; também a remuneração salarial prevista para os professores era bem inferior ao que é pago atualmente (MACHADO, 2015).

Observou-se ainda que os problemas e dificuldades enfrentadas na FC, assim como a formação dos profissionais, também são muito semelhantes entre ambos os parceiros, seja na antiga instituição, seja na instituição atual. A autora cita que existia uma formação inicial de duas horas cuja finalidade era repassar as informações operacionais e técnicas básicas do projeto, o que a autora indica como sendo ineficientes, pois são inúmeras as questões que perpassam realizar o trabalho dentro de espaços dessa natureza, o que demandaria maior atenção a essa formação inicial. Além disso, reafirma a autora que as ocorrências mais comuns que aconteciam dentro da FC, tais como cancelamento de aula, falta de efetivo de funcionários, entrada de materiais, falta de estrutura básica para realização de alguns cursos, como os de informática e cozinha, ambiente instável, entre outros, infelizmente, ainda perduram na instituição.

O relato das ocorrências indica que, no mínimo, há treze anos as questões citadas acima se perpetuam, embora se encontrem atualmente em processo de melhorias, buscando favorecer o processo de aprendizados dos jovens, assim como a realização do trabalho docente. Nesse mesmo sentido, Silva (2008, p. 17) acrescenta à discussão as dificuldades que os profissionais encontram na “nobre tarefa de fazer educação” em regime de privação de liberdade, tais como:

infraestrutura deficiente, falta ou restrições de materiais, diferentes idades em sala, defasagem escolar, sistemas disciplinares rígidos, dificuldade de acesso à tecnologia e precariedade de estímulos sensoriais.

Machado (2015) descreve ainda em seu trabalho a realização de um grupo focal com os professores da OSCIP²⁰ e o desafio que foi a participação dos professores em sua pesquisa. De um grupo inicial de cem convidados, conseguiu apenas nove participantes, mesmo após tentativas de e-mail, convites e ligações. Em seus estudos, a autora descreve a identificação que esses professores têm de si mesmos, revela que não se reconhecem como educadores e sim como técnicos de uma área, a qual desenvolvem a aula. Afirmam os professores consultados por Machado (2015, p. 133): *“não me considero um educador, estou estudando, estou..., mas, sou um instrutor, estou instruindo”*.

Ainda sobre a pesquisa de Machado, outro participante considera o Senac como instituição que prepara para o mercado de trabalho, desde que os cursos sejam realizados dentro das suas unidades e não nas unidades da FC, o que podemos inferir que o problema considerado pelos profissionais pesquisados não está na instituição que oferta os cursos para a FC, nem com os professores, mas na profissionalização dentro de um regime fechado. Outro participante iguala o Senac a outras instituições, afirmando que oferecem cursos profissionalizantes como sendo todos iguais, *“inseridos em uma lógica de produção capitalista de formação para o mercado”*. Isso implica considerar apenas a função de capacitação profissional dos cursos, desconsiderando o modo de ser do professor, sua visão de mundo e a visão sobre o jovem (MACHADO, 2015, p. 145).

A análise dos trabalhos desenvolvidos por Souza (2015) e Carvalho (2017) são importantes de destacar e podemos mesmo afirmar que muito contribuíram com a presente pesquisa, mais ainda quando temos presente que se trata de pesquisadores que conhecem bem a realidade, pois são funcionários da FC. Souza (2015), por meio de seu estudo, que incluiu entrevistas com pedagogos da instituição, concluiu que o processo burocrático e administrativo se sobrepõe à atuação do pedagogo e influencia diretamente o atendimento junto ao adolescente, prejudicando assim sua prática profissional, pois demanda muito mais tempo em resolver tarefas burocráticas

²⁰ OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

realizadas no cotidiano da instituição do que focar nos problemas de aprendizagem presentes com a grande maioria dos adolescentes atendidos.

Para além de conduzir processos, a essência do trabalho dos pedagogos, deve ser a de conduzir os educandos por caminhos menos excludentes por meio de propostas, intervenções, reflexões e ações que os ajudem a pensarem experiências diferentes daquelas que foram vivenciadas e os levaram em direção ao universo do crime. Essa proposta exige uma mudança nas práticas desses profissionais. Mudança, essa, que deve partir da instituição e de seus gestores no momento em que reconhecerem nos pedagogos não somente um técnico/burocrata, mas sim um profissional que pode lidar nas/com as necessidades educativas, nos potenciais e nos limites que os adolescentes internos demandam. Tal proposta de mudança deve, portanto, almejar um trabalho a serviço da mudança, a serviço da transformação. (SOUZA, 2015, p. 130)

Mesmo com essas considerações de Souza (2015), Carvalho (2017) observou que, ao analisar o sentido que os jovens da FC apresentaram em relação ao trabalho escolar desenvolvido na instituição, comparando com sua vida escolar anterior à internação, que as relações conturbadas com a escola antes da internação, como, por exemplo, abandono, reprovações e expulsões, parece que no ambiente de internação estabeleceram nova relação, mostrando-se positiva, embora ainda “utilitarista”, como cita a autora.

No estudo, Carvalho (2017) observou que a escola é vista pelos internos como um passaporte para sua saída da internação, pois faz parte da medida socioeducativa frequentá-la, assim como os cursos profissionalizantes, pois essas etapas ajudam na elaboração do relatório de acompanhamento, sendo bem visto pelas técnicas da unidade e, conseqüentemente, pelo juiz. Embora a autora afirme a compreensão dessa função que ela chama de “utilitária” da escola em regime fechado, porque, acrescenta a autora, o jovem estabelece nova relação com essa escola, comparada com a que tinha anteriormente quando em regime aberto, em que esses jovens relatavam violência e abandono.

Carvalho (2017, p. 125) acrescenta ainda às suas conclusões uma provocação, afirmando que a escola apresenta duas facetas, uma que exclui, que é livre, e a outra que acolhe “num momento em que esses alunos estão contidos e submetidos”, ou seja, a escola livre, “do mundão”²¹. Para esses alunos, a escola teve muitas vezes

²¹ “Do mundão” termo usado para o mundo fora da internação.

lembranças negativas, quando abandonaram os estudos, foram expulsos ou se sentiram violentados por algo. Em contrapartida, a escola que acontece em regime fechado, quando eles estão em cumprimento de medida socioeducativa, privados sobretudo de sua liberdade, é considerada uma escola com aspectos mais positivos, em que há uma relação com mais vínculo com os professores e maior interesse nos estudos. A autora ainda conclui que

[...] a escola é espaço de perpetuação das desigualdades sociais, não conseguindo contribuir para que os estudantes que possuem condições de vida menos favoráveis estabeleçam uma relação positiva com a escola. Contraditoriamente, apenas quando em situação de privação de liberdade conseguem estabelecer algum vínculo com a escola e que por certo é provisório, como demonstram as várias idas e vindas desses adolescentes para a Fundação Casa. Ainda, não se pode esquecer que a escola na Fundação CASA tem por obrigação dar conta de um direito que foi tomado desses jovens, o direito à escola; e que a efetivação ou não das expectativas destes jovens frente ao futuro não depende só da escola, mas de suas condições concretas de vida. (CARVALHO, 2017, p. 125)

Contribuindo com outros aspectos também relevantes sobre alunos cumprindo medida socioeducativa de internação, destacam-se os trabalhos de Oliveira (2010), Souza (2011), Veloso (2014) e Gonçalves (2015).

Oliveira (2010) partiu da hipótese de que o currículo oferecido aos adolescentes pela Rede Estadual de Ensino (e que é o mesmo ofertado aos jovens da FC) não contemplava temas voltados à construção de valores e atitudes que auxiliassem na formação integral do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e contribuíssem para sua ressocialização. A pesquisa desenvolvida com abordagem qualitativa, de natureza fenomenológica com estudo de campo, indicou que a escolarização formal desses alunos servia apenas para cumprimentos legais do Estado, sem colaborar com trabalhos voltados a valores humanos, facilitando desse modo o retorno desses jovens à sua vida anterior de delitos e infrações.

Nessa mesma linha de pesquisa, os estudos de Souza (2011) questionam o currículo da FC desenvolvido pelo Projeto Revitalizando a Trajetória Escolar (projeto específico para Fundação Casa), que poderia se apresentar como uma prática de humanização e emancipação. Baseado nas contribuições de Freire, a autora afirma a necessidade de uma educação humanizadora, emancipatória. Para tanto, recomenda Souza, é necessário que haja respeito à diferença do aluno, à realidade e à sua

diversidade. Acrescentou ainda que os conteúdos devem ser adequados ao tempo cultural dos alunos e a formação deve favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades instrumentais, humanas e políticas, possibilitando a construção de sua identidade como de um sujeito da cultura. A autora completa, de forma romântica e utópica, como ela mesma se autodeclara ao finalizar seu trabalho, com a esperança e crença em possibilidades de mudança, em que “só se educa na totalidade quando se dá sentido ao ser/fazer docente e este toca a sensibilidade e permite sonhar” (SOUZA, 2011, p. 110).

Na mesma direção, procurando identificar a função da escola, do currículo escolar, Veloso (2014) utiliza-se de uma perspectiva psicanalítica. Em seu estudo foram analisadas entrevistas de adolescentes cumprindo a medida socioeducativa de internação, destacando que a prática escolar está apenas associada a ajudar a extinguir a medida e não à construção de um projeto de vida:

[...] de acordo com as falas dos adolescentes, percebemos que a escola da medida socioeducativa, para estes sujeitos, possui uma função estritamente ligada à medida. Ela é basicamente a porta de saída. E desta maneira, temos que tomar cuidado, pois por mais que falem deste espaço com o discurso de um futuro, vimos que ele está mais apoiado na medida, o que nos permite indagar se quando retornarem ao convívio familiar, continuarão seus estudos, para realmente vislumbrarem o significante do “futuro brilhante”. (VELOSO, 2014, p. 88)

Gonçalves (2015) faz duras críticas ao sistema socioeducativo brasileiro, sobretudo em relação às internações, haja vista que para o ECA ela seria a última medida a ser tomada, havendo uma banalização e se convertendo em muitos casos como a primeira medida. A autora conclui que as práticas existentes na antiga FEBEM e as representações dos jovens sobre essas práticas, ainda se fazem muito presentes na FC.

Tais estudos indicaram grandes dificuldades do trabalho realizado nesses espaços, o fato de os adolescentes não se sentirem vinculados aos professores. Assim parece que a escola se destina exclusivamente ao cumprimento da medida, dificultando o desenvolvimento de uma relação professor-aluno, tal como é esperado em uma instituição escolar. É o que conclui Olic (2013) em seus estudos, ao afirmar que

para os críticos, o excesso de regras, vigilância e controle impedem que se crie um “ambiente socioeducativo”, na medida em que educadores e adolescentes ficam constrangidos com a presença constante de funcionários, que acompanham de perto todas as atividades e intervêm nos casos em que observam um comportamento que fere as normas da unidade. Segundo alguns docentes, esta situação de constante vigília acaba comprometendo, inclusive, a liberdade de cátedra do professor. Por outro lado, aqueles que defendem este ritmo, apontam que a obrigatoriedade dos jovens em frequentar as atividades e respeitar os professores, o material e a sala de aula, permite que a atividade socioeducativa ocorra efetivamente, ao contrário de outros Centros de Atendimento que, muitas vezes, as atividades são suspensas ou os adolescentes não comparecem à escola já que optam, devido ao descontrole institucional, em ficar fora da sala realizando outras atividades, como escutar música, assistir televisão, jogar futebol, ou mesmo ficar dormindo nos barracos. Esta situação não acontece apenas quando há um acerto com a direção. (OLIC, 2013, p. 7)

Confrontando-se os estudos realizados com os resultados da pesquisa desenvolvida em outubro de 2016 a agosto de 2017 pelo Instituto Sou da Paz com 324 jovens cumprindo medida socioeducativa de internação, observamos que foi destacada pelos alunos a valorização dos cursos que vêm sendo proporcionados pelo Senac. Na verdade, nove entre dez jovens internados tiveram acesso aos cursos de educação profissional realizados pelo Senac e 87% avaliaram os cursos positivamente, sobretudo os jovens considerados primários, ou seja, os que estão cumprindo a medida socioeducativa de internação pela primeira vez. Assim, também houve elogios por parte dos funcionários da Fundação em relação à qualidade dos cursos oferecidos pelo Senac (MARQUES, 2018).

Entretanto, muitas dessas questões positivas estão relacionadas, segundo a pesquisa, a “passar o tempo”, pois 40% desses jovens não pretendem exercer atividades profissionais relacionadas a esses cursos aos quais tiveram acesso e quase um terço gostaria de ter conhecido outras atividades profissionais, como, por exemplo, cursos voltados à produção de alimentos, cabelereiro, informática e mecânica.

Com relação aos cursos de educação profissional, quase metade dos adolescentes apontou que não pretende exercer atividades correlatas, sendo que parte manifestou preferência por cursos de caráter mais prático, que ajudem a “arrumar emprego”. É fundamental promover um processo de escuta dos adolescentes visando ampliar a oferta de cursos que dialoguem com a sua realidade e atendam aos seus anseios, evitando opções circunscritas a “um mercado clássico de trabalho para prestação de serviços de baixa e média complexidades”,

bem como aqueles que “apenas elevam a autoestima” ou [representam mais] uma forma de ocupação, não buscando a preparação para o desligamento e o ingresso no mercado de trabalho de forma ativa e cidadã”. (MARQUES, 2018, p. 44).

Considerando que há um impositivo legal do ECA que afirma que todo jovem em cumprimento de medida socioeducativa de internação deve estar regularmente matriculado e estudando na educação básica, assim como realizar cursos de formação profissional, garantindo dessa forma o processo de ressocialização e cumprindo o direito à educação desses adolescentes (ECA, 2000), seria necessário observar a necessidade de uma formação mais adequada para os professores, ou talvez uma especialização do pedagogo para atuar com educadores de alunos em situação de medida socioeducativa em situação de privação de liberdade (SAAB; LIMA, 2016).

Para Souza,

à guisa de conclusão, a identidade do profissional pedagogo da Fundação Casa/SP, se pensada por meio de suas atribuições desenvolvidas entre o prescrito, o vivido e o almejado, é um *devoir*, um *vir-a-ser*. Construí-la ou reconstruí-la é uma questão ética e política a ser refletida pela instituição e contar com a participação dos pedagogos no processo de elaboração/reelaboração de suas práticas. Neste caminhar, é imprescindível que todos os pedagogos lotados na instituição tenham consciência dessas demandas e da relevância do trabalho que poderão executar no/com os adolescentes. (SOUZA, 2015, p. 131)

É nesse sentido que a presente pesquisa pretende colaborar, compreendendo as perspectivas de futuro dos jovens da FC na visão dos professores a fim de contribuir para a formação desses profissionais que atuam nos cursos profissionalizantes da instituição.

3.2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: POSSIBILIDADE DE COMPREENSÃO DE PROFESSORES

A dificuldade de se analisar um grupo de sujeitos e um tipo de educação descrita nessa pesquisa levou à aproximação do referencial teórico da Teoria das Representações Sociais (TRS) entendendo que ela pode oferecer elementos para

desvelar o discurso presente na comunicação dos professores e dos próprios alunos em relação às suas futuras trajetórias de vida.

Mazzotti (1994, p. 60-61) já destacava os desafios dos professores frente a sua prática profissional e a realidade da educação “das classes desfavorecidas e o papel da escola na ruptura do ciclo da pobreza”, ressaltando o fracasso das crianças pobres e enfatizando que estudos têm indicado que

a) os professores tendem a atribuir o fracasso escolar a condições sociopsicológicas do aluno e de sua família, eximindo-se de responsabilidade sobre esse fracasso; b) baixo nível socioeconômico do aluno tende a fazer com que o professor desenvolva baixas expectativas sobre ele; c) professores tendem a interagir diferentemente com alunos sobre os quais formaram altas e baixas expectativas; d) esse comportamento diferenciado frequentemente resulta em menores oportunidades para aprender e diminuição da autoestima dos alunos sobre os quais se formaram baixas expectativas; e) os alunos de baixo rendimento tendem a atribuir o fracasso a causas internas (relacionadas à falta de aptidão ou de esforço), assumindo a responsabilidade pelo "fracasso"; f) fracasso escolar continuado pode resultar em desamparo adquirido.

Moscovici (1978, p. 44) afirma que “a representação social constitui uma das vias de apreensão do mundo concreto, em seus alicerces e em suas consequências”. Dessa forma, a representação que os professores possuem sobre seus alunos consiste em uma das formas de compreender como os professores estão vivenciando as relações escolares, alicerçando suas práticas docentes, produzindo e determinando os comportamentos que eles terão em relação aos seus educandos. A representação que os professores têm de seus alunos, afeta, portanto, o modo que esses docentes trabalham com seus jovens discentes. Assim, a relevância de estudar as representações sociais desses docentes, conforme afirmado por Gilly (1986), se justificaria à medida que favorecem a análise das relações que esses estabelecem com seus grupos e identificam como se realiza o processo de transformação e mudanças dessas representações. Afirma o autor

[...] o campo educativo aparece como um campo privilegiado para verificar como se constroem, evoluem e se transformam as representações sociais no seio dos grupos sociais e esclarecer sobre o papel dessas construções nas relações desses grupos com o objeto de sua representação. (GILLY, 1986, p. 364)

Gilly (2001, p. 321) afirma ainda que “a Teoria das Representações Sociais oferece um caminho para a explicação de mecanismos pelos quais fatores propriamente sociais agem sobre o processo educativo e influenciam os seus resultados”. Nesse sentido, a pesquisa pretende compreender como os docentes do Senac que atuam na FC elaboram as perspectivas de vida e de futuro de jovens desta instituição.

A TRS é importante nesse caso porque permite ao pesquisador desvelar os conhecimentos, as atitudes e as imagens que os professores têm sobre esses alunos e como orientam sua prática a partir das representações construídas com outros colegas e ao longo de toda sua trajetória escolar.

Relevante ainda assinalar que a TRS “produz e determina comportamentos, visto que define ao mesmo tempo a natureza dos estímulos que nos envolvem e nos provocam e as significações das respostas a lhe dar” (MOSCOVICI, 1978, p. 26).

Além disso, Jodelet (2001, p. 8) afirma que “as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual elas intervêm”.

Entretanto, a TRS não é de fácil compreensão, conforme explicita Moscovici (1978, p. 41), pois “se a realidade das representações sociais é fácil de captar, não o é o conceito”. Uma de suas conceituações afirma que

[...] representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos no quadro da vida cotidiana [...] produz e determina comportamentos, pois define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos envolvem e nos provocam, e o significado das respostas a dar-lhes. (MOSCOVICI, 1978, p. 26)

A TRS oferece subsídios teóricos e metodológicos a fim de compreender os sentidos e significados dos processos de construção de conhecimentos para explicação do mundo, a realidade que os sujeitos constroem em seu cotidiano. As representações sociais como teorias construídas no coletivo definem imagens dos processos pelos quais os sujeitos constroem sua realidade cotidiana.

Para Machado (2013), a TRS é de grande valia para educação e vem oferecendo novas possibilidades de trabalhar com a diversidade e complexidade da educação na contemporaneidade.

A TRS foi produzida por Moscovici em 1961, com a publicação da obra *A Psicanálise, sua imagem e seu público*, tornando-se um marco na História da Psicologia Social, sendo esse conceito utilizado como referencial em diversos estudos e pesquisas. O tema principal de sua pesquisa foi a difusão de um conhecimento científico – a Psicanálise – e o modo como seus conteúdos eram aprendidos pelos grupos e pelos sujeitos. E a partir da apropriação de conhecimentos científicos divulgados de diferentes formas constroem-se as Representações Sociais (RS)²² sobre determinado objeto.

Para Jodelet (1993), as RS são muito importantes na vida cotidiana, pois elas nos guiam a fim de compreendermos os fenômenos observáveis do dia a dia, na maneira de interpretá-los e de tomar uma posição a seu respeito, podendo ser uma defesa, ou seja, prepara para uma ação e dá sentido aos comportamentos. De acordo com a autora, possui três dimensões que orientam os objetos: a atitude (orientação global ao objeto), que é a mais frequente; a informação (organização dos conhecimentos que o grupo possui do objeto); e a imagem (unidade hierarquizada de elementos).

Segundo Moscovici (1978, p. 181), representação se constitui a partir de um “conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Equivalente aos mitos e sistemas de crenças das sociedades, versão contemporânea do senso Comum”.

A TRS conta com dois processos psicossociais em sua formação: a ancoragem e a objetivação. Ancorar significa classificar e rotular, sendo usado para dar lugar a algo que não nos é familiar, conceituando, já a objetivação é a transformação do abstrato em algo concreto, tornar familiar o que nos é estranho.

[...] Conteúdos e estrutura são flexionados por outro processo: a ancoragem que intervêm de duas maneiras na formação das representações, assegurando sua incorporação no social. De um lado, a ancoragem enraíza a representação e seu objeto em uma rede de significações que permite situá-las face aos valores sociais e dar-lhes coerência. Mas, neste nível, a ancoragem tem um papel decisivo essencialmente naquilo que realiza sua inserção no sistema de

²² A partir deste momento utilizaremos RS para Representações Sociais.

acolhimento nocional, um já pensado. Por um trabalho da memória, o pensamento constituinte apoia-se no pensamento constituído para incluir a novidade nos quadros antigos, no já conhecido. De outro lado, a ancoragem serve à instrumentalização do saber, conferindo-lhe um valor funcional para interpretação e gestão do ambiente, e então se situa em continuidade com a objetivação. A “naturalização” das noções lhes dá valor de realidades concretas diretamente legíveis e utilizáveis na ação sobre o mundo e os outros. Além disso, a estrutura imaginante da representação torna-se guia de leitura e, por “generalização funcional”, teoria de referência para compreender a realidade. (JODELET, 2001, p. 18-19).

Podemos compreender a importância da RS na vida cotidiana, apoiada no que afirma Jodelet (2001, p. 1), “elas nos guiam na maneira de nomear e definir em conjunto os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, na maneira de interpretá-los, estatuí-los e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la”.

Mazzotti (1994), após descrever estudos realizados com o apoio teórico da TRS, faz uma provocação aos educadores e pesquisadores sobre a importância de se reconhecer as RS sobre os diferentes grupos e situações de vida.

[...] Enquanto grupo socio profissional, construímos nossas próprias representações e, em função delas, construímos nossas práticas e as impomos aos alunos, na suposição de que sabemos o que é bom para eles. Se o conhecimento das representações sociais, as de nossos alunos e de suas famílias, bem como as nossas próprias, puder nos ajudar a alcançar uma maior descentração no que se refere aos problemas educacionais já terá demonstrado sua utilidade. (MAZZOTTI, 1994, p. 76).

Portanto, para embasamento teórico da presente pesquisa consideramos que a TRS oferece subsídios para compreender como os docentes do Senac que atuam na FC elaboram as perspectivas de vida e de futuro dos jovens desta instituição, contribuindo também para a formação profissional desses professores.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Descrevemos neste capítulo a metodologia empregada, considerando os procedimentos utilizados, os sujeitos participantes e, por fim, o procedimento de análise adotado.

A- Antecedentes

Tratando-se de professores que têm seus contratos vinculados com o Senac, foram necessários procedimentos antecedentes para poder realizar a pesquisa.

Foi solicitada inicialmente autorização ao Senac para aplicação do questionário para os professores (Anexo A), assim como encaminhado pedido de aprovação à plataforma Brasil (Anexo E), que regulamenta e autoriza a pesquisa com seres humanos (Aprovação Anexo F). De forma voluntária e mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B) foi aplicado a princípio para 12 professores da mesma unidade do Senac em que a pesquisadora trabalha, explicando individualmente a proposta. Os demais participantes foram contatados em reunião, sendo essa aplicação realizada a todos de uma única vez. A pesquisadora apresentou a proposta e entregou o termo e o questionário apenas para aqueles que demonstraram interesse em participar, somando-se mais 18 participantes, a fim de atingir 30 professores envolvidos.

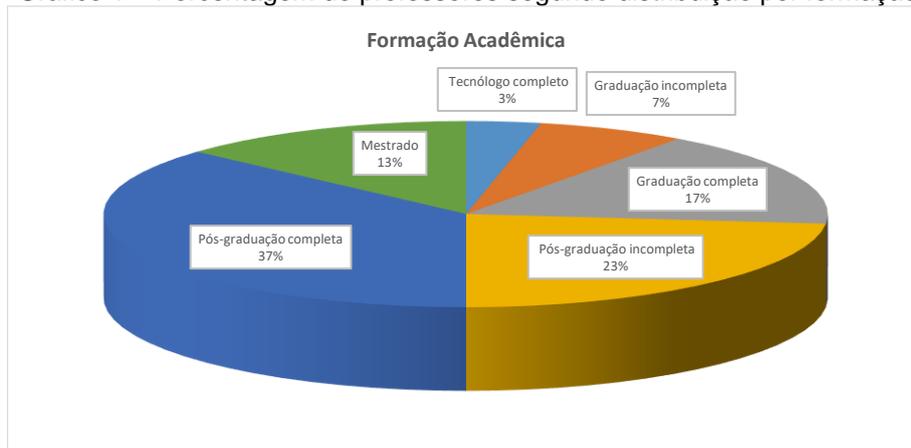
A metodologia utilizada teve uma abordagem quantitativa e qualitativa e o instrumento empregado foi um questionário contendo perguntas fechadas, a fim de caracterizar o perfil do grupo e abertas, a fim de identificar as RS dos participantes em relação ao jovem da FC.

B- Caracterização dos participantes - procedimento e apresentação da caracterização dos professores

Para caracterização dos 30 professores foi aplicado um questionário contendo os seguintes itens: formação acadêmica, idade e tempo de magistério (em anexo o questionário aplicado, Anexo C).

1) Quanto à formação

Gráfico 1 – Porcentagem de professores segundo distribuição por formação

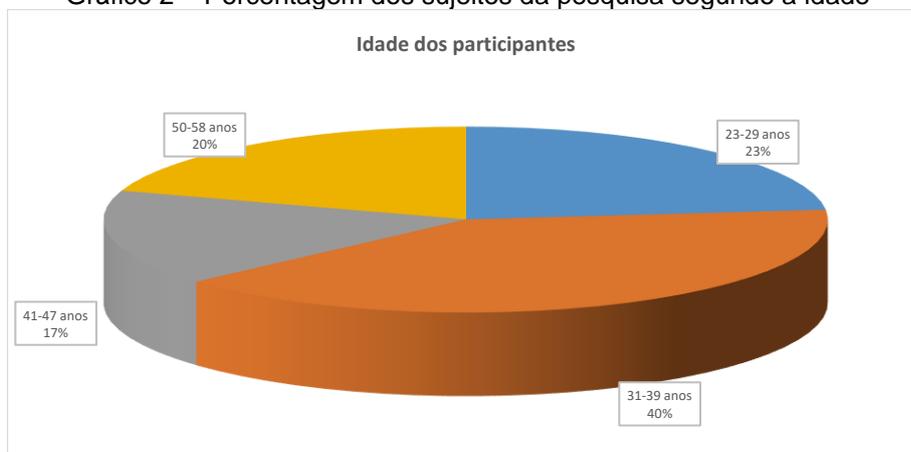


Fonte: Autora.

Observando o Gráfico 1, porcentagem de professores segundo a formação, verificamos que a maioria, em torno de 60%, possui pós-graduação, sendo 23% incompleta e 36% já concluída. Uma minoria tem apenas o tecnólogo, o que equivale a apenas um participante e 23% estão no nível graduação, sendo que a maioria desses, quase 17% já concluiu. Quatro participantes possuem mestrado, o que equivale a 13% dos participantes, portanto, trata-se de um grupo com boa formação acadêmica, mas que infelizmente não podemos afirmar se são ou não direcionadas ao magistério, pois não foi solicitado identificar a área de formação.

2) Quanto à idade dos participantes professores

Gráfico 2 – Porcentagem dos sujeitos da pesquisa segundo a idade

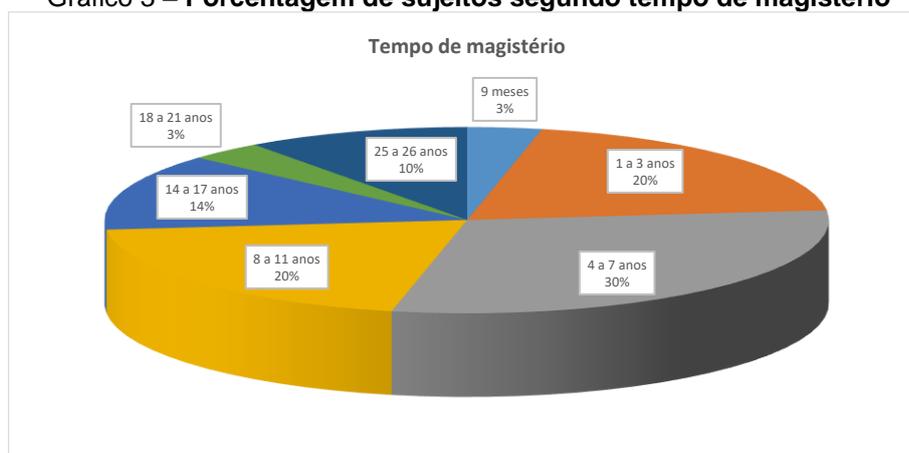


Fonte: Autora.

Analisando o Gráfico 2, em relação à idade dos entrevistados e divididos a cada dez anos, considerando cada idade descrita, nota-se que 63% têm menos de 40 anos, sendo que apenas 23% possuem idade na casa dos 20 anos. Dos 41 a 47 anos são 17% e 20% possuem de 50 a 58 anos, sendo inclusive esta a última idade do participante mais velho do grupo pesquisado.

3) Quanto ao tempo de magistério dos participantes

Gráfico 3 – Porcentagem de sujeitos segundo tempo de magistério



Fonte: Autora.

De acordo com o Gráfico 3, na porcentagem de sujeitos segundo tempo de magistério observamos que nem todos possuem grande experiência profissional, ou seja, um participante possui apenas nove meses de tempo de magistério e 39 anos de idade e os outros dois que possuem um ano de magistério, possuem idades de 32 e 39 anos, assim como os participantes que possuem dois anos de magistério têm 29 e 47 anos e o participante que possui três anos de magistério tem 37 anos, o que podemos inferir que talvez o magistério não tenha sido a primeira opção na vida profissional dessas pessoas, o que pode inclusive ser questionado pela idade do participante mais velho, 58 anos e apenas possuir dez anos de magistério, ou seja, iniciou a vida profissional na docência aos 48 anos.

Dos quatro aos sete anos de magistério temos 30% dos entrevistados, e considerando os tempos inferiores a soma chega a 53% com até sete anos de atuação profissional como professor. Dos oito aos onze anos temos 20% e como não houve respostas com doze e treze anos de magistério, consideramos a faixa dos catorze a dezessete anos de atuação profissional na área, com 14% dos participantes, de dezoito a vinte anos, apenas 3% e, por último, sobrando apenas duas referências, ou

seja, vinte e cinco e vinte e seis anos, temos 10% dos entrevistados, o que equivale a apenas três participantes.

Considerando que a instituição Senac tem caráter profissional e os cursos envolvem formação técnica, sabe-se que alguns profissionais iniciaram sua carreira no magistério na própria organização, alguns inclusive iniciando na FC, como o caso dos três participantes com até um ano de docência.

C- Procedimentos de coleta de dados para permitir a análise de representações dos professores

O procedimento de coleta de dados referente ao tema foi realizado por meio de um questionário com questões abertas que permitissem aos professores se posicionarem sobre características de seus estudantes. A intenção era compreender como os professores descrevem esses jovens, as relações que estabelecem com esses profissionais, com a família, consigo mesmo e com o futuro e, por fim, qual orientação esses professores entendem que deveriam dar a esses jovens.

Os dados foram processados utilizando o IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses e Textes et de Questionnaires*) e os dados de perfil puderam ser tratados pelo software Excel©. O IRaMuTeQ é um software gratuito, com fonte aberta, criado e desenvolvido pelo francês Pierre Ratinaud. O software oferece um conjunto de estatísticas, apoiado no software **R** (<http://www.r-project.org>) e apresenta um conjunto variado de recursos para análises de *corpus* textual. Também foi utilizado o software Alceste criado pelo francês Max Reinert e introduzido no Brasil em 1998, ele realiza análises lexicográficas de um material textual tratado pelo pesquisador e que constitui o *corpus* de análise.

Foi escolhido a utilização do software IRaMuTeQ, pois além de ser um instrumento acessível, de fácil manejo, com rigor estatístico, também é “capaz de enriquecer qualquer análise textual, independente dos gêneros textuais propostos, posicionando-se, ainda, como um dos *softwares* para tal categoria, até o presente momento, mais bem equipado, com recursos variados.” (KRUG, p.91, 2017).

Esse programa viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde as mais simples, até as multivariadas, como a que utilizamos, a Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

Para cada questão aberta, adicionaram-se os trechos relativos à resposta dada de cada um dos professores. Formou-se um conjunto textual centrado em um tema

(monotemático). Processado o *corpus* no IRaMuTeQ o mesmo produziu segmentos de texto que foram classificados empregando os seus respectivos vocábulos e a reunião deles repartida em função da frequência das formas reduzidas. O resultado permitiu a obtenção de *classes* de segmento de texto. Essas classes que apontam vocabulário semelhante entre e si, bem como diferentes segmentos de texto das demais classes, permitiram a organização de um *Dendrograma* que evidencia as relações entre classes (CAMARGO, 2005).

O IRAMUTEQ pode ser muito útil se acompanhado de um estudo sobre o significado das análises lexicais e do emprego de análises multivariadas, além de um bom domínio do estado da arte que envolve o tema específico de cada pesquisa. (CAMARGO; JUSTO, p.517, 2013).

Enfim, o que buscou-se com a utilização desse recurso e a análise dos resultados encontrados por meio desse software.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

A seguir, a apresentação dos dados referentes às perguntas abertas do questionário aplicado aos professores que atuam nos cursos profissionalizantes do Senac dentro da unidade de atendimento socioeducativo da FC.

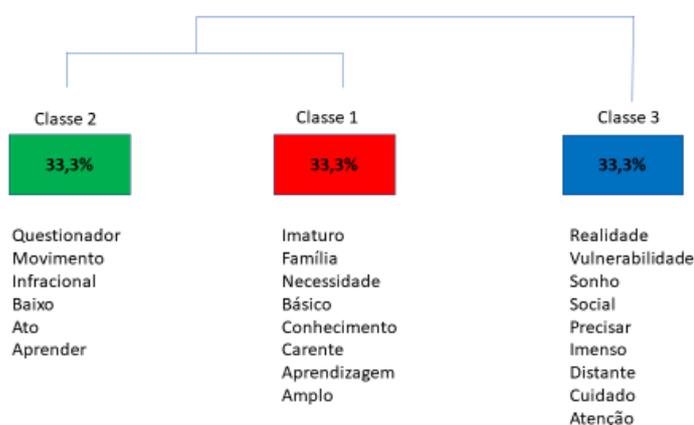
Como você descreveria o jovem de 15 a 18 anos de sua escola para alguém que não conhece sua instituição?

A análise das respostas dos professores processada pelo software IRaMuTeQ, apresentou três classes apresentada no dendrograma a seguir (Figura 1), observamos que as classes 2 e 1 referem-se às qualificações do jovem. Assim, resolvemos agrupar essas duas classes em uma categoria de sentido denominada: Descrição do jovem. A classe 3 permitiu formar a categoria de sentido denominada: O contexto de vida do jovem.

Categoria 1 – formada pelas classes 2 e 1 – Descrição do jovem – Quem é este jovem para os professores.

Categoria 2 – formado pela classe 3 – O contexto de vida do jovem – Qual a realidade do jovem para os professores.

Figura 1 – Dendrograma gerado pelo IRaMuTeQ referente à descrição do jovem da FC



Fonte: Adaptado pela autora.

Categoria 1 – Descrição do jovem- Quem é esse jovem para os professores

Nesta categoria representada pelas classes 2 e 1, com 66,6% dos discursos processados, observamos que na fala dos professores participantes da pesquisa o jovem é indicado por muitas palavras que representam tanto como um ser imaturo, com falta de conhecimento e escolaridade reduzida, quanto como sujeito necessitado de cuidado e atenção para viver.

Os jovens são bastante questionadores, com uma visão muito limitada dos desafios do mundo e com uma baixa estima enorme....(P06)
 Sonhadores, carentes, imaturos. Com pouca experiência, conhecimento, acerca de coisas básicas da vida “adulta”. (P17)
 Imaturo, inseguro de suas necessidades. (P27)
 Alguém que necessita de atenção cuidados e direcionamento em sua vida. (P28)

Assim, o jovem é também descrito como um jovem marcado por sua condição vigente, ou seja, o sistema infracional, a Fundação Casa, o crime, o ato cometido para estarem na situação de internos. Observamos aqui que o jovem é descrito muito mais por sua atual circunstância que pela visão propriamente do ser jovem. Destaque para a resposta do professor 28 que inicia descrevendo o jovem com a palavra Fundação Casa, considerando a instituição acima do ser humano.

Se trata de jovem em medida socioeducativa, com baixo nível de cultura e de escolaridade, a maioria reside em regiões periféricas com poucos recursos culturais de saúde, moradia e educação, estão na FC por terem cometido algum ato infracional, roubo, tráfico, homicídio. (P01)
 São jovens que realizaram um ato infracional por diversas questões, são atentos a qualquer movimento e são questionadores, a maioria dos jovens vem das periferias onde só vivenciaram situações adversas. (P16)
 Fundação Casa – são jovens que se envolveram com crime e receberam como medida primitiva a reclusão na fundação. Estas pessoas muitas vezes não tiveram oportunidades e bom suporte ou base familiar para pensar ou interagir do mundo de outra forma. (P28)

E, por fim, ainda dentro dessa categoria, o jovem é descrito com relação à sua família, suas carências e necessidades. Em boa parte das respostas com uma carga bastante negativa.

Jovens buscando ajuda para mudar os seus pensamentos oprimidos, consideram muito a família. (P09)

Jovem rebelde humilde com acesso limitado à educação carente de amor família com dificuldade de aprendizagem e principalmente são desacreditados. (P26)

Grande maioria de famílias desestruturadas, alto índice de semianalfabetos ou alfabetizados funcionais, com pouco interesse nos estudos. (P30)

Observa-se na descrição um conflito dos atributos que os professores atribuem ao jovem. Ora o jovem é carente e imaturo, ora são jovens que realizam atos infracionais. São jovens que cometeram crime, mas são jovens imaturos, alguém que necessita de atenção cuidados e direcionamento em sua vida.

Categoria 2 – O contexto de vida do jovem - Qual a realidade do jovem para os professores.

Nesta categoria representada pela classe 3, com 33,3% das respostas processadas, considerando o contexto dos discursos em que essas palavras são mencionadas, observa-se que os profissionais indicam que os alunos da FC são jovens de uma realidade de vulnerabilidade e sem sonhos.

Com grande vulnerabilidade social, muitas vezes com sonhos e metas distantes de sua realidade, mas que pode ser estimulado a um caminho de dignidade. (P15)

Jovens com sonhos, que realizaram escolhas erradas e estão na situação de vulnerabilidade social. (P25)

Além disso, analisando manualmente os questionários, deparamos com algumas respostas dadas bastante impactantes que torna ainda mais desacreditado o jovem da FC.

Um jovem distante da realidade....(P02)

Os jovens da Fundação em sua maioria são desinteressados e desestimulados... (P04)

Marginais, sem solução. (P11)

Fazem o curso mais para saírem da rotina do que para aprender. (P12)

Em compensação também temos respostas quanto a descrição do jovem da FC que são mais favoráveis e colaboram por enaltecê-lo.

Jovens sagazes, porém com medo do que não conhecem. (P03)

Muito ativo, distraído, contraditório, empolgado. (P08)

Jovem em movimento. (P20)

Meus alunos são incríveis: cheios de potencial e criatividade, mas a maioria não teve oportunidade de desenvolver isso. (P21)

Como alunos inteligentes que são, injustiçados por um sistema extremamente desigual. (P23)

Como jovem que tem um grande potencial, é só acreditar no seu potencial. (P24)

São jovens que precisam ser ouvidos. (P29)

Analisando as categorias geradas e as respostas dadas pelos professores fica difícil de definir qual descrição mais se aproxima do jovem da FC. O conflito apresentado nas respostas novamente se repete nessa categoria. A criminalidade do jovem, se por um lado afasta o professor, o contato constante com eles os aproximam, o contexto, se por um lado os transformam em marginais, por outro os tornam criaturas incríveis, cheias de potencial e criatividade. A visão polarizada revela dificuldade na relação, que será descrita a seguir.

Lourenço (2012, p. 118) em sua pesquisa também com representações sociais de professores sobre alunos em conflito com a lei obteve um resultado consideravelmente negativo, destacando características como “sem limites, rebeldes, delinquente, imaturo”. Segundo a autora, as características descritas pelos participantes estão direcionadas a “ideias estereotipadas que podem contribuir para a formação e perpetuação do preconceito”, reforçando ainda mais a barreira para a inclusão desse jovem no contexto escolas.

Infelizmente, a questão do preconceito é um fato muito rotineiro, sobretudo, se analisado pelo senso comum, e por uma grande maioria da sociedade, haja vista se considerarmos as pesquisas e o apoio de uma imensa parcela da população brasileira, que é favorável à redução da maioridade penal, conforme já descrito anteriormente, com justificativas de reforçar a punição e a redução da violência.

Como o jovem se relaciona com os professores

Indagados sobre como o jovem se relaciona com os professores, o software IRaMuTeQ gerou quatro classes. A análise das classes permitiu identificar três categorias de sentido. As classes 1 e 3 referem-se ao espaço e aos habitantes desse local, onde se dá relacionamento professor-aluno, categoria de espaço dos participantes. A análise do contexto dos discursos da classe 2 permite identificar como

categoria de sentido o Respeito e o Certo. A análise dos discursos da classe 4 permite identificar a categoria de sentido Janela para o futuro.

Categoria 1 – formada pela classe 4 – Janela para o futuro.

Categoria 2 – formada pela classe 2 – Respeito e o certo.

Categoria 3 – formada pelas classes 1 e 3 – Espaço e habitantes desse local.

Figura 2 – Dendograma gerado pelo IRaMuTeQ referente à relação professor e aluno



Fonte: Adaptado pela autora.

Categoria 1 – Janela para o futuro

A classe 4, que é a primeira divisão do dendrograma, revela que para os professores o aluno o vê como alguém externo, sobre os quais tem grande expectativa, considerando o professor com aspectos positivos. Entretanto, quando citado o termo envolvimento, ocorre uma negativa na resposta, porém relacionada ao conteúdo passado pelo docente e não propriamente ao profissional, conforme respostas descritas a seguir. São inferências registradas por parte dos professores.

Nos veem como janelas, expectativas para o futuro, eles precisam de esperança. (P01)
 Bem, pois acredito que eles veem o professor como uma pessoa que vai trazer notícias do lado externo. (P03)
 Tem o olhar de respeito pelo profissional, mas pouco envolvimento com o conteúdo. (P12)
 Confiança, expectativa e troca de vivência. (P25)

Categoria 2 – Respeito e o certo

A classe 2 caracteriza-se por frases que são intermediadas pelo respeito e admiração, indicando que provavelmente para esses professores os alunos têm uma

visão favorável à sua atuação, mas novamente com certo distanciamento em relação às aulas, conforme ocorrido também na categoria 1.

Na maioria das vezes de forma respeitosa, porém pouco interessado nas aulas... (P01)
 Sempre com respeito e educação. (P09)
 A maioria dos jovens recebe o professor com respeito. (P21)
 Com muito respeito. (P24)
 Existe uma certa admiração e respeito, porém com relação bem distante que podem ser construídas por ambas as partes. (P25)
 Uma relação de respeito e confiança. (P27)

Categoria 3 – Espaço e habitantes desse local

As classes 1 e 3 formam categorias complementares e estão relacionadas com a dinâmica da relação da sala de aula. Ainda pautada no respeito, mas uma relação meio oscilante, dependendo das circunstâncias dos relacionamentos.

No início o jovem quer saber qual é a sua intenção neste espaço FC e com o decorrer do desenvolvimento querem ter o espaço de falar e serem ouvidos e menos criticados de forma não construtiva, além das características de ouvir muito o professor, deve entender melhor a realidade dos jovens e das questões sociais que atravessam nossa realidade. (P26)
 Relação próxima quando há interesse na aula e atividade proposta, também são compreensivos quando gostam do professor e sentem que há reciprocidade. (P26)
 Na relação com professor em sala de aula ela é bem-educada e mais respeitosa. (P30)

Podemos considerar, analisando as categorias formadas e as respostas dadas pelos professores, que a relação que o jovem da FC tem com o docente é pautada pelo respeito, entretanto, com certo distanciamento do conteúdo das aulas.

Carvalho (2017) pesquisou junto aos jovens da FC a relação deles com os professores e o resultado foi mais favorável aos docentes que ministram as aulas dentro das unidades de atendimento socioeducativo do que as escolas regulares do “mundão”.

“Os professores lá fora são mais arrogantes, aqui dentro nunca presenciei e nem em outras unidades.”
 “De um modo geral a relação é boa, por causa do ritmo da CASA, que obriga a gente a ficar quieto dentro da sala de aula. Eu vejo bastante desempenho da parte dos professores querendo ensinar.”
 “Dá para estabelecer uma relação mais próxima (citou prof. de matemática Joaquim) porque ele frequenta a mesma igreja da minha mãe.”
 “Aqui dentro estão mais próximos, aqui conseguem fazer melhor. A relação e mais próxima, mas não significa que aprenda mais.”
 Fora: “Os professores são mais rudes.” (CARVALHO, 2017, p. 177).

Considerando as respostas dos professores, as respostas dos jovens da pesquisa citada e a experiência profissional da presente pesquisadora, como docente do Senac que desenvolve os cursos dentro das unidades de internação da FC, assim como o contato constante com outros docentes, poderíamos afirmar que efetivamente a relação é muito positiva, pautada pelo respeito e reconhecimento pelos profissionais.

Entretanto, mesmo havendo boa relação entre professor e aluno, não houve certa propensão favorável nas respostas dadas pelos docentes sobre a descrição de seus alunos, conforme descrito anteriormente na primeira pergunta, pelo contrário, houve muitas respostas negativas sobre esse jovem.

Como o jovem se relaciona com o futuro

Na questão sobre a relação do jovem com o futuro, o ALCESTE²³ (software que gera mais fidedignidade das interpretações das análises lexicais) desta questão não conseguiu gerar o dendrograma no qual aparecem as principais palavras por classe, principalmente pelas respostas dadas serem curtas. Entretanto, a grande maioria das respostas está diretamente ligada à falta de futuro ou sem expectativa dele.

Com pouca perspectiva. (P15)
Não conseguem projeção. (P20)
Falta esperança. (P24)
Efêmero, sem grandes projeções. (P27)
Em sua grande maioria, não tem perspectivas de mudança para o futuro. (P30)

Porém, foram geradas duas classes e analisando as respostas dadas observamos haver uma descrença desses profissionais em relação ao futuro desses jovens, sendo que somente duas, de trinta respostas, são totalmente positivas.

Esperam mudanças para melhor. (P12)
Propostas de mudanças, sonhadores e guerreiros. (P29)

Todas as demais respostas são bem negativas. Podemos inferir então que não existe expectativa favorável por parte dos professores em relação ao futuro desses jovens, há pouca perspectiva e nenhum sonho que esses jovens possam ter, são

²³ Este software foi introduzido no Brasil em 1998 e é muito utilizado nos estudos sobre a TRS.

desacreditados, sobretudo quando analisamos algumas das respostas que foram selecionadas para as duas classes geradas.

Pelo fato de serem imediatistas a maioria pouco pensa no futuro. (P01)
 Sem sonhos porque logo que saem voltam para o mesmo ambiente, localidade, sem muitas opções de futuro. (P03)
 Não há vínculo com o futuro ou pensam a longo prazo, em geral são imediatistas e não conseguem se descrever no futuro. (P07)
 Futuro nem sempre com objetivos, pois os sonhos e projetos normalmente são o presente. (P09)
 Baixa expectativa de futuro, não pensam sobre isto. (P18)
 Vejo pouca expectativa com o futuro devido a diversos fatores que rodeiam esses jovens. (P22)
 Não tem perspectiva, entendem e são conformados com a realidade deles e muitas vezes demonstram gostar desta condição. (P26)
 Incerteza, pois não conseguem enxergar o futuro em função da medida que estão cumprindo. (P28)

Confrontando os resultados negativos das respostas dos professores acerca do futuro dos jovens e os resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Sou da Paz, em 2018, podemos abrir um parênteses e questionarmos sobre a efetiva relevância dada ao curso pelos jovens que participam deles, ou seja, será que essa quase nula perspectiva de futuro dos professores pode estar associada ao baixo interesse dos jovens ao curso, sobretudo em relação ao aspecto profissional, e, conseqüentemente, a visão dos professores de alunos não envolvidos e interessados.

Com relação aos cursos de educação profissional, quase metade dos adolescentes apontou que não pretende exercer atividades correlatas, sendo que parte manifestou preferência por cursos de caráter mais prático, que ajudem a “arrumar emprego”. É fundamental promover um processo de escuta dos adolescentes visando ampliar a oferta de cursos que dialoguem com a sua realidade e atendam aos seus anseios, evitando opções circunscritas a “um mercado clássico de trabalho para prestação de serviços de baixa e média complexidades”, bem como aqueles que “apenas elevam a autoestima” ou [representam mais] uma forma de ocupação, não buscando a preparação para o desligamento e o ingresso no mercado de trabalho de forma ativa e cidadã. (MARQUES, 2018, p. 44).

Ademais, Carvalho (2017, p. 125) conclui “que a efetivação ou não das expectativas destes jovens frente ao futuro não depende só da escola, mas de suas condições concretas de vida”. Enfim, não se pode afirmar qual motivo levou os professores a descreverem de forma aparentemente pessimista a visão de futuro que eles vislumbram para seus alunos, mas infelizmente esse olhar foi transmitido e será retomado à frente.

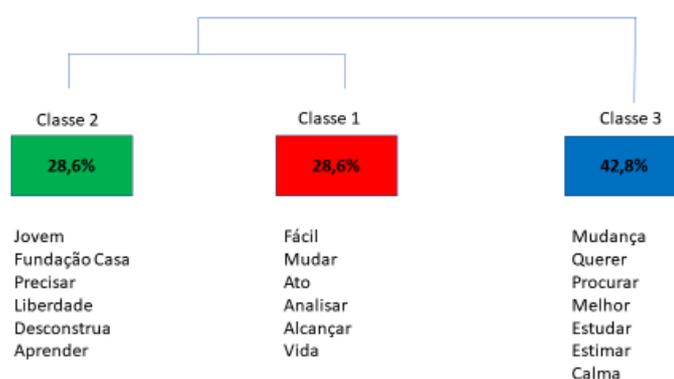
Qual a dica que daria a esses jovens

Na última questão foi solicitada uma “dica” (orientação) que daria a esses jovens, e assim foi gerado um dendrograma com três classes, sendo que as classes 2 e 1 foram unidas em uma única categoria e a classe 3 isolada em outra categoria, conforme abaixo (Figura 3). Analisando o dendrograma e as falas das respostas dadas para cada classe, entende-se que, de maneira geral, as orientações dadas giram em torno da mudança, sobretudo o fato de esses jovens quererem mudar, segundo a visão dos professores questionados.

Categoria 1 – formada pelas classes 2 e 1 – Caminho

Categoria 2 – formada pela classe 3 – Mudança

Figura 3 – Dendrograma gerado pelo IRaMuTeQ sobre a dica (orientação) dada pelos professores aos jovens da FC



Fonte: Adaptado pela autora.

Categoria 1 – CAMINHO

A Categoria 1, formada pelas classes 1 e 2, caracteriza-se por frases que são intermediadas pelas palavras precisar, mudar, liberdade, fácil, sendo essa última palavra mais ligada a um sentido negativo. Destaca-se um desejo nas respostas dos professores no sentido de que os alunos saiam dessa situação atual de internado, além do desejo de crescimento, de evolução. Sugerem a possibilidade de percorrerem um novo caminho, de preferência diferente do percorrido até o momento pelo jovem.

Que nada muito fácil dura o suficiente o caminho da prosperidade é também o da honra e o da dignidade e que a juventude deles os torna forte para alcançar mesmo que seja mais longo fé é primordial acreditar que são capazes adianta um bom trecho da caminhada como diria aquela frase feita um vencedor é um perdedor que não desistiu eles são capazes. (P04)
Que nada na vida é fácil, porém com luta e persistência tudo se alcança. (P17)

Mudar é preciso não é fácil e nem simples, porém é enaltecido quando você chega onde quer. (P18)

Sempre digo aos jovens que a FC é um lugar pequeno para a grandeza deles, que eles precisam se incomodar com o lugar e ter atitudes diferentes para sair de lá e nunca mais serem privados de sua liberdade. (P21)

Categoria 2 – Mudança

Na categoria 2, formada pela classe 3, a palavra em destaque é mudança, seguida das palavras querer, procurar, melhor e estudos, levando a indicar que para os professores a dica de mudança é fundamental.

Mudança em relação à motivação sobre o que se deve se querer na vida os estimular nas questões educacionais familiares e objetivas. (P05)

Que o estudo é a melhor arma para a mudança que eles procuram. (P12)

Mudança em relação à motivação sobre o que se deve se querer na vida, os estimular nas questões educacionais, familiares e objetivas. (P25)

Que toda mudança tem que ser de dentro para fora que depende deles mesmos gerar essas mudanças a partir da infraestrutura e oportunidades que são oferecidas aos mesmos. (P30)

Entretanto, analisando as respostas dadas pelos professores, também temos dicas que vão além do que foi gerado pelo dendograma, sobretudo no que diz respeito a mudanças, conforme respostas abaixo:

Hoje (depois de 10 anos) nenhuma. Acredito que a recuperação é quase 0%.
Enxugar gelo! (P03)

Para eles pensarem com mais amor a sua vida, pensar nas consequências de seus atos para depois não se arrepender. Sempre que for fazer algo para o próximo, se colocar no lugar da tal pessoa e analisar, será que eu iria aceitar isso para mim? (P09)

Não se excluir. Não se ver de modo preconceituoso. (P11)

Para entenderem quais são as conjunturas atual do preconceito tem sobre os que cometem o ato infracional e que há formas de apropriarem dos espaços públicos e do que eles têm direito. (P16).

Trabalho, ação. (P20)

Acreditem no seu potencial. (P24)

A lei do retorno: O mal que você fez a alguém voltará para você. (P25)

Enfim, são cinco respostas que não possuem nenhuma orientação favorável para a vida desses jovens. Destaque para a resposta do professor 3 que, apesar de dez anos atuando com essa população, não vislumbra nenhuma possibilidade de mudança, crescimento ou um caminho diferente daquele que o jovem percorre.

Refletindo acerca das “dicas” dadas por alguns professores aos seus alunos da FC, observamos certa tendência ao improvável sucesso no futuro dos jovens, e uma vez que não cremos em algo, muito difícil de ele crescer, evoluir e se desenvolver.

Ponderamos também a ausência de respostas que coloquem o professor como um canal de apoio ou referência, um facilitador, ou alguém com quem o jovem possa contar. Lourenço também destaca essa preocupação:

Uma interessante observação que podemos fazer em relação às representações dos professores é a de que eles pouco, ou quase não falaram sobre papel da escola e deles próprios na condição de atores educacionais, para a prevenção da violência. Nesta perspectiva, alguns professores chegaram a mencionar a educação ou a escola, mas não deram grande relevância ao papel deles como fator de proteção para que o adolescente não cometa atos infracionais. (LOURENÇO, 2012, p. 122)

A autora ainda acrescenta sobre a necessidade de realizar junto aos professores “trabalhos significativos”, ressaltando a importância do conhecimento do ECA, as medidas socioeducativas, e principalmente reconhecer a escola como “espaço privilegiado de inclusão desses adolescentes”, temas que serão retomados mais à frente (LOURENÇO, 2012, p. 122).

5.1 SÍNTESES DAS ANÁLISES

A análise das respostas dos questionários respondidas pelos professores permitiu observar que para eles esse aluno é vulnerável, sem sonhos, além de ser extremamente carente de recursos materiais, estruturais e familiares. Notamos certa descrença em suas potencialidades.

Nas questões referentes às relações, os professores descrevem que, apesar de considerarem a relação professor-aluno por vezes complicada e serem considerados alguém externo, que vem de fora e que podem trazer informações, a palavra respeito se faz presente na metade das respostas dadas pelos professores, o que merece destaque. Entretanto, a associação com o conteúdo das aulas fica distante dessa relação, ou seja, para os professores os alunos não demonstram interesse nos cursos.

Já a relação do jovem com o futuro, embora as respostas dadas pelos professores serem muito curtas, simplificadas, não sendo possível um processamento do software IRaMuTeQ, foi realizada uma análise de conteúdo das respostas, o que permitiu identificar uma evidente descrença desses professores em relação ao futuro dos jovens da FC, ou seja, parece que os professores não veem

uma perspectiva de futuro para esses alunos. De todas as respostas dadas, apenas duas têm aspectos positivos e todas as demais são bastante negativas.

Observamos que nesse aspecto, mesmo a simplificação da resposta ou respostas curtas parecem evidenciar que além de não acreditarem na relação do jovem e seu futuro, não há muito, ou quase nada a se dizer. De todas as questões analisadas, nessa foi a que mais obtivemos uniformidade nas respostas, mas infelizmente com esse aspecto negativo.

E, por fim, quando questionados sobre uma “dica”, orientação que gostariam de deixar ao jovem da FC, as palavras em destaque são mudar, mudança, que apesar de ser um caminho nada fácil, faz-se necessário buscar outros caminhos. A partir da perspectiva dos professores há uma relação com a questão da liberdade, seja no seu sentido mais concreto, ou seja, de saírem da FC, até um sentido mais abstrato de crescimento e empoderamento; os estudos são citados em alguns casos como uma possibilidade para essa mudança.

Entretanto, quando realizada a análise de conteúdo das respostas observamos que nem todos acreditam nessa possibilidade de mudança, temos respostas extremamente negativas, de descrença e outras que demonstram alguma dica ou orientação que possa levar esse jovem a construir novos caminhos e transformar a realidade atual, o que acaba por fortalecer ainda mais as perspectivas nada favoráveis de futuro desses alunos, analisadas do ponto de vista de seus professores.

Considerando também a investigação do perfil dos docentes participantes, podemos concluir que a questão de experiência profissional tem grande relevância na análise das informações. Sousa e Novaes (2013) descrevem que os professores com menos de onze anos de magistério diferenciavam-se dos professores com mais tempo. Para as autoras os profissionais mais experientes consideravam-se mais responsáveis pela formação dos alunos, diferentemente dos menos experientes. Considerando que 22 participantes da presente pesquisa, de um total de 30, possuíam menos de onze anos de formação e considerando a pesquisa acima, podemos inferir que temos um grupo em sua maioria menos envolvido no que tange a se responsabilizar pelo futuro desses jovens, ou até mesmo de conseguirem vislumbrar perspectivas mais favoráveis de futuro.

Enfim, com esses resultados, a análise dos dados gerados e das respostas dadas, o grande destaque fica em relação à questão da falta de visão de futuro que os professores da FC percebem sobre esses alunos e quanto esse ponto de vista

negativo influencia no processo de ensino-aprendizagem e na concretização de mudanças significativas na vida desses jovens.

Marques (2018) apresenta em pesquisa realizada pelo Instituto Sou da Paz as perspectivas de futuro dos próprios jovens, considerando, sobretudo, as percepções dos adolescentes sobre seu processo de saída da internação. Inicia essa análise relatando a dificuldade dos internos em falar de si mesmos, formular projetos de vida e verbalizar sobre o assunto questionado, sobretudo, se comparado com a desenvoltura que tinham ao relatar sobre o ato infracional cometido, além disso, para a pesquisa em questão, faz-se necessário a ampliação do repertório desses jovens.

A maioria descreveu aspirações restritas, limitadas a constituir família e conseguir trabalho. Alguns questionaram a sua capacidade de “fazer algo além do ‘crime’”, o que indica que se veem reduzidos ao seu envolvimento infracional, vislumbrando-o como sua única possibilidade de ascensão social e sobrevivência. Nesse sentido, a medida socioeducativa tem a tarefa essencial de fomentar a construção de projetos de vida significativos e ajudar o adolescente em conflito com a lei a ampliar suas perspectivas pessoais e profissionais, além assegurar o acesso a oportunidades de educação, lazer, cultura e emprego. (MARQUES, 2018, p. 35)

Avaliando os resultados alcançados, pesquisas já realizadas e consultadas e o trabalho desenvolvido pela pesquisadora, constatamos a emergente necessidade de construir suportes mais eficientes para o docente que atua com os jovens em cumprimento de medida socioeducativa, para tanto sugerimos um caminho para formação profissional do professor da FC.

Contudo, consideramos primordial o reconhecimento do professor como ator fundamental em todo esse processo, compreendendo a complexidade de sua atuação, todas as questões envolvidas em seu trabalho, podendo, enfim, transformar, não somente suas RS, mas sobretudo a vida e o futuro desses jovens, conforme descrito no capítulo seguinte.

6 CAMINHOS PARA FORMAÇÃO

6.1 CAMINHOS

Diante dos dados constatados e antes de indicar possibilidades de formação profissional aos docentes, faz-se necessária uma reflexão crítica sobre os resultados alcançados e as pesquisas encontradas sobre os jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação a fim de, sobretudo, não responsabilizar o docente por essa visão negativa do futuro dos jovens da FC, principalmente por conhecer, pesquisar, fazer parte e acompanhar o trabalho realizado por esses profissionais.

Diante de uma realidade tão complexa e desafiadora, que é o ato de lecionar para adolescentes infratores em cumprimento de medida socioeducativa, não há como não se envolver e isentar-se de dúvidas e de sentimentos que estavam relacionados à indignação, à perplexidade e à admiração pela dedicação daqueles que lidam diariamente com os problemas presentes no sistema de ensino no interior de uma instituição como a Fundação CASA. Local este, onde foi possível perceber os professores buscam lidar com as dificuldades, desafios e contradições, e encontram motivações pessoais para realizar um trabalho educacional que busque impactar a vida desses jovens excluídos. (COSTA JUNIOR, 2019, p. 127)

Tanto os jovens quanto os docentes que dão aula na FC são fruto de uma sociedade capitalista, perversa, injusta e desumana, onde negros, jovens, a própria periferia, entre outras tantas minorias, já possuem seu lugar de exclusão, fadados ao desencanto e ao desmerecimento.

Os dados ressaltam o peso da vulnerabilidade socioeconômica e da exposição à violência entre os fatores de risco dos adolescentes internados em São Paulo. Três quartos tinham familiares que estiveram ou estavam desempregados, o que ilumina porque parcela similar exerceu alguma atividade remunerada ao longo da vida. Nove entre 10 entrevistados narraram episódios de agressões físicas cometidas por policiais militares, sobretudo durante abordagens e apreensões de drogas. Muitos descreveram constrangimentos e humilhações sofridas em seu cotidiano, seja na escola, em estabelecimentos comerciais ou em equipamentos públicos. (MARQUES, 2018, p. 6)

Romper com tais questões descritas acima é um processo extremamente demorado e doloroso, além de altamente reflexivo e político, pois para que a educação

seja efetivamente valorizada e conquistada ela sempre deve ser considerada, também, como um ato político.

Sendo assim, todas as complexidades referentes à educação em regime de internação, assim como as legislações em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e os documentos que garantem uma educação mais humanizada dentro desses locais devem ser de profundo conhecimento por parte dos profissionais que se comprometem a atuar junto a esses jovens.

Posto isso, partimos do ECA, que em 13 de julho de 2020 completou 30 anos de existência (conforme já descrito no início desse trabalho, mas importante retomá-lo nesse momento) e apesar de já ter atingido idade suficiente para sua autonomia, ainda está em processo de reconhecimento legal e de efetivamente alcançar o sucesso descritos em seus direitos, destacando aqui o art. 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 2000, p. 35)

Infelizmente, o que diariamente é apresentado, noticiado, não condiz com o que é promulgado na lei citada acima, a criança e o adolescente são constantemente vítimas de todo tipo de negligência, violência, sobretudo no ano de 2020, em decorrência da pandemia, com o surgimento do novo corona vírus, em que as famílias foram obrigadas a cumprir isolamento social em suas casas e o aumento dos casos de violência contra crianças e mulheres cresceu consideravelmente. Segundo os dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, o mês de abril de 2020 apresentou um aumento de 37,6% de denúncias por meio do Ligue 180 em relação a dois anos anteriores²⁴.

O ECA é uma lei extremamente importante que defende o direito das crianças e adolescentes, entretanto, sabe-se que alguns profissionais desconhecem o que nele é proposto, acreditam que ele muitas vezes favorece a impunidade, por vezes acreditando em ideias pautadas pelo senso comum, “existe uma completa desinformação a respeito do texto legal do Estatuto da Criança e do Adolescente, que

²⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/05/governo-federal-lanca-campanha-de-enfrentamento-a-violencia-domestica>. Acesso em: 20 maio 2020.

tem proporcionado reflexos nefastos na sala de aula e na conduta de professores” (ZANELLA, 2010, p. 19).

Entretanto, por se tratar de uma lei que visa a assegurar esses direitos e que inclusive retrata questões referentes às medidas socioeducativas, é de suma importância a apropriação de seu entendimento, assim como reconhecê-la como instrumento de garantia aos abusos contra as crianças e os adolescentes em nosso país, “cidadania também implica reconhecer direitos consagrados na legislação para a formação do aluno. Direitos que devem ser defendidos quando violados” (ZANELLA, 2010, p. 19).

Compreendendo também que toda essa vulnerabilidade social faz parte da realidade da vida dos jovens internados na FC, sendo uma população, conforme descrito durante o trabalho, que convive com muitas desigualdades, dificuldades, preconceito, baixa escolarização, problemas familiares, entre outros, consideramos relevante o conhecimento dessas questões para a realização do trabalho docente com esses alunos.

Diversos adolescentes entrevistados descreveram experiências traumáticas ou estressoras, tais como fugir de casa, morar na rua, ser encaminhado para abrigo, ou o desemprego de familiares. Um quarto deles fugiram de casa ao menos uma vez, ao passo que 9% foram encaminhados para abrigos. Foram citados com frequência períodos de desemprego de familiares (77% dos respondentes), o que pode explicar porque 75% da amostra de adolescentes exerceu alguma atividade remunerada e 43% contribuiu para a renda familiar durante sua vida. (MARQUES, 2018, p. 26)

Soma-se ainda a tudo isso problemas relacionados ao estigma de um jovem infrator. Abandonar certos hábitos adquiridos dentro das unidades da FC não é uma tarefa simples. O famoso “cabeça pra baixo” e “sim senhor, não senhor” são os mais comuns e facilmente identificados, assim como algumas vezes o corte de cabelo e as tatuagens, sobretudo as mais simbólicas e que muitas vezes estão relacionadas aos crimes, como, por exemplo, o palhaço²⁵. Com isso, a violência policial é outro agravante nas dificuldades da vida futura desse jovem, nove entre dez entrevistados

²⁵ Tatuagens de palhaço costumam ser indicativo de envolvimento infracional/criminal e, em alguns casos, de participação em confrontos com vítimas policiais. No caso dos adolescentes entrevistados, essas tatuagens são símbolos do pertencimento ao universo infracional, ao “correr”, de modo genérico. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/ai_eu_voltei_pro_corre_2018.pdf. Acesso em: 23 maio 2020.

narraram episódios de “agressões físicas cometidas por policiais militares, sobretudo durante abordagens e apreensões. Também foram corriqueiros os relatos de humilhações perpetradas por policiais” (MARQUES, 2018, p. 30).

Para quem conhece e luta constantemente em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes sabe da relevância e interferência desses acontecimentos na vida desses jovens e quão difícil é romper tais preconceitos, estigmas, verdades absolutas e soluções milagrosas.

Uma educação orientada por um currículo que preze pela diversidade, mas que também acolha as especificidades desses sujeitos, de modo que possibilite a tais educandos exercer plenamente sua cidadania, que propicie condições para que eles possam construir projetos de vida, afastando-os do estigma da marginalidade e da condição de vulnerabilidade em que se encontram. (SILVA, 2019, p. 188)

Portanto, para o professor que se compromete a atuar frente a essa população, tais conhecimentos devem ser compreendidos, estudados, analisados e, sobretudo, levados em consideração no trabalho com jovens em cumprimento de medida socioeducativa, principalmente no caso da internação.

Incluimos ainda outra questão altamente defendida pela sociedade, que é a redução da maioria penal como solução mágica para o combate à violência, como também já citado neste trabalho. A “bandeira” para a redução sempre ressurge quando acontece algum caso de violência grave, principalmente homicídio, cometido por menores de idade e que são altamente noticiados e propagados, entretanto,

[...] no Estado de São Paulo, a parcela de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa por atos infracionais graves como homicídios, latrocínios e estupros é relativamente baixa, inferior a 10%, enquanto um entre quatro adolescentes primários em internação cometeu ato infracional análogo ao tráfico de drogas. (MARQUES, 2018, p. 45).

Tantas complexidades acerca do jovem em cumprimento de medida socioeducativa finda em uma visão pouco ou nada favorável sobre ele, dificultando, inclusive, um panorama positivo sobre perspectivas de futuro dos próprios jovens. “Essa visão maniqueísta disseminada entre os adolescentes internados reflete uma dificuldade de formular projetos de vida e aponta para a necessidade de ampliar os repertórios desses adolescentes.” (MARQUES, 2018, p. 33).

A reflexão crítica sobre a situação desse jovem, e conseqüentemente a própria situação do professor e de sua realidade, poderia favorecer uma visão mais favorável sobre o futuro dos alunos da FC, entretanto, não é um processo que possa envolver simplesmente uma única formação, e sim um itinerário formativo, sobretudo, coletivo e, principalmente, afetivo, mas olhar com afeto situações difíceis nem sempre é uma tarefa prazerosa e simples, mas essencialmente primordial, pois “a afetividade tem sido o caminho mais plausível para conquistar o interesse desses sujeitos pela escola e pela aprendizagem” (SILVA, 2019, p. 163).

Silva (2019), em pesquisa realizada com alunos, professores e profissionais de educação que atuam com jovens em cumprimento de medida socioeducativa em Pernambuco, destaca além do afeto a importância do vínculo e do diálogo para a humanização do ensino:

Investir no relacionamento professor/aluno, apostar no diálogo que propicia conhecer a bagagem que esses estudantes carregam, quais suas angústias, dificuldades, carências, é mais do que estabelecer uma relação afetiva, é construir pontes para reconectar esses sujeitos a outros sujeitos, aos sonhos de meninos esquecidos, às amizades perdidas, à escola abandonada. É, sobretudo, humanizar o processo de ensino. É compreender que aquele sujeito não é um objeto onde serão depositados conteúdos, estratégias de ensino e expectativas de aprendizagem. Enxergá-lo como um todo, não apenas fragmentos (infrações, necessidades). (SILVA, 2019, p. 164-165).

Partindo da investigação e aprofundando as reflexões descritas acima concebemos algumas sugestões de ações para a formação. Posto isso, cumpre esclarecer que reiteramos a perspectiva questionada por Gatti (2008):

A educação ajuda a melhorar a economia, pela qualificação das pessoas para a sociedade do conhecimento e do consumo. Cabe perguntar: essa equação é mesmo verdadeira? É suficiente para uma civilização mais compreensiva, cooperativa, democrática? Por que não se discute a educação como fator de aprimoramento dos humanos para um mundo mais ético? Claro que não estamos descartando a necessidade de uma formação educacional sólida para todos em prol de vagos culturalismos ou modismos emergentes, mas estamos perguntando se, na ordem dos valores, apenas os materiais e econômicos devem prevalecer nas perspectivas educacionais. Onde ficam as preocupações com a formação humana para uma vida realmente melhor para os humanos enquanto seres relacionais e não apenas como *homo faber*, como homem produtivo? (GATTI, 2008, p. 63).

Tal visão é profundamente apropriada ao contexto educacional pesquisado, pois se considerarmos a questão material e econômica frente a questão humana e ética, nos afastaremos cada vez mais dos alunos, haja vista os discursos dos jovens em relação ao fácil e lucrativo retorno ao mundo dos atos infracionais.

Portanto, faz-se necessário partimos da concepção da desconstrução de certos preconceitos e estigmas, sensibilizando os atores envolvidos e partindo para o fortalecimento de vínculos e relações, que seja sim pautados no respeito, mas que seja, sobretudo, mais que isso, “a importância da relação estabelecida entre professor e aluno, como potencializadora da relação com o saber” (CARVALHO, 2017, p. 125).

Assim, uma educação humanizadora é necessária para desenvolver no aluno a tomada de consciência para agir sobre si e sobre o mundo para além de uma educação meramente técnica e mercantilista. Há uma necessidade de ressignificar a escola em suas vidas, tornando-a de fato instrumento de proteção. Uma escola que possa apontar caminhos, alternativas, ajudá-los na (re)construção dos seus projetos de vida (SILVA, 2019).

Aí vem o grande desafio de saber qual educação escolar é ofertada a esse sujeito, em condição tão peculiar, quando aquelas que vivenciou não foram eficientes em sua inclusão social. É fato que sua relação com a escola precisa ser reconstruída. Por isso, não adianta submetê-lo a um modelo de educação escolar já experimentada e em que não se sentiu acolhido. (SILVA, 2019, p. 187).

Considera-se também relevante a questão da mediação na aprendizagem, tornando o jovem protagonista de seu próprio saber, reconhecendo seus interesses, afinidades e escolhas. Assim como primordial ampliar seu repertório, pois dificilmente optamos por algo que não conhecemos.

Acreditamos que todo esse processo necessariamente perpassa por meio de uma construção coletiva, sendo a chave para a evolução social, ou seja, partir de um mundo individualizado para um corpo coletivo podemos aprender, crescer, evoluir e constituir-se enquanto cidadão.

Sem contar com questões que muitas vezes fogem da governabilidade do profissional, como por exemplo a necessidade da valorização e investimento em educação, sugeridas inclusive pelos próprios jovens, “as condições de trabalho docente são extremamente relevantes, e os relatos trazidos pelos jovens apontam

para a precarização deste trabalho ao longo das experiências que tiveram em suas trajetórias escolares” (CARVALHO, 2017, p. 125).

Acrescenta-se a noção do significado e influência de consciência de classe, reforçando a importância do papel histórico do professor, contrariando os mecanismos capitalistas frequentemente propagados, como por exemplo a alienação e o fortalecimento do senso crítico em discordância ao senso comum.

Enfim, são questões apontadas como possíveis sugestões para a formação do docente que atua com jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, permitindo auxiliar na reflexão das questões fundamentais a seu trabalho, das quais possivelmente ele já deva ter conhecimento (ou não), mas também pode possibilitar sua organização para melhor planejamento as mudanças dos aspectos que ainda são imperfeitos.

O aprofundamento de assuntos tão complexos dar-se-á por meio da proposta de formação emancipatória, cuja natureza visa à transformação de determinada realidade, conforme abordado na seção seguinte.

6.2 PROPOSTA DE FORMAÇÃO

Partindo das análises obtidas sobre as representações sociais dos professores sobre os jovens da FC, propomos aqui uma proposta de trajetória de formação que poderia ser construída com os docentes e possivelmente com os jovens, considerando os resultados da presente pesquisa e as RS observadas.

Como primeiro passo sugerimos reunir os docentes que estejam efetivamente interessados nesse processo e que realmente acreditam no trabalho com os jovens da FC para analisar e discutir os dados da pesquisa, elaborando uma proposta de implantação da trajetória formativa, pautada pela perspectiva crítico-transformadora para a avaliação educacional, denominada Avaliação Emancipatória, tendo como princípio básico dessa forma de avaliar, a seguinte descrição

[...] caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se à avaliação de programas educacionais ou sociais. Ela está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente

envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua “própria história” e gerem as suas próprias alternativas de ação. (SAUL, 1988, p. 61).

Segundo Saul (1988), avaliação emancipatória apresenta dois objetivos básicos: dar luz ao caminho da transformação, com o foco no futuro, pautado no autoconhecimento crítico da situação, possibilitando soluções para as mudanças e o segundo objetivo acredita que esse processo direcione as ações humanas de maneira autônoma.

Esse modelo de avaliação caracteriza-se ainda por três momentos: expressão e descrição da realidade, crítica do material expresso e a criação coletiva e que, segundo a autora, não são considerados momentos separados e que por vezes se relacionam. Esta prática propicia a busca pela qualidade, o uso de método dialógico para a execução e participação, assim como a análise dos resultados pelos próprios participantes (SAUL, 1988).

“Os conceitos básicos envolvidos nessa proposta são: emancipação, decisão democrática, transformação e crítica educativa” (SAUL, 1988, p. 61), fundamentais para a realização da formação aqui sugerida e intrinsecamente ligados entre si. Por emancipação, a autora acredita que a consciência crítica é primordial para a busca de soluções que emanem transformação, já essa está em consonância considerando o coletivo e a participação de todos os atores envolvidos, que, por sua vez, vai ao encontro da decisão democrática, contemplando-se todas as opiniões levantadas. E a crítica educativa com fins formativos para os participantes e de reorientação.

Primeiro Momento: COMPREENDER A REALIDADE

Segundo Saul (1988), é o momento de descrever a realidade e toda sua complexidade, considerando os fatores envolvidos, podendo reunir material que auxilie essa compreensão, portanto essencial a retomada da proposta de realização do grupo focal com os jovens.

Esse momento inclui a verbalização e a problematização de uma dada realidade, de acordo como um particular grupo consegue apreendê-la. A descrição pode conter material concreto, simbólico ou ambos. A expressão pode envolver fatos, conceitos, valores e sentimentos. Frequentemente esse material revela as posições dos participantes de um grupo a respeito das situações de trabalho e de vida. (SAUL, 1988, p. 56).

Para o desenvolvimento da realização do grupo com os jovens, recuperam-se as medidas já tomadas uma vez que pretendíamos agregar à presente pesquisa as representações sociais dos próprios jovens sobre seu futuro, e como não foi possível para o momento, devido à pandemia, tal proposta será retomada assim que possível, haja vista que toda burocracia para realização do trabalho já foi realizada, conforme mencionado a seguir.

Foi protocolada solicitação junto ao Centro de Pesquisa e Documentação da Escola para Formação e Capacitação Profissional, ligada à FC, órgão responsável por aprovar pedidos de pesquisa com os jovens que estão cumprindo medida socioeducativa de internação. A intenção era a realização de um grupo focal com cinco jovens, conforme modelo incorporado (Anexo G).

Nesse pedido encaminhamos a proposta do trabalho, currículo lattes da orientadora e uma declaração da universidade que comprovasse o vínculo da pesquisadora com a instituição. Foi protocolada em outubro e a autorização só saiu em dezembro de 2019, entretanto, foi necessário aguardar até o dia seis de janeiro de 2020 para receber o documento que possibilitasse a continuação da pesquisa, e mais um passo seria imprescindível para, enfim, a realização do grupo focal.

No entanto, a coordenação do Centro de Pesquisa e Documentação da Escola para Formação e Capacitação Profissional, ligada à FC, definiu que a pesquisadora não poderia gravar os discursos dos participantes, não poderia levar nenhuma outra pessoa para auxiliar nas anotações das respostas, mas poderia utilizar mais de um dia de pesquisa caso fossem necessários. Definiu-se assim que seriam reservados três dias, previamente agendados, que não interferissem na dinâmica da casa, sobretudo as atividades relacionadas à escola, cursos profissionalizantes e atividades culturais e esportivas.

A autorização ao juiz corregedor seria o último passo para então dar andamento ao grupo. Para tanto, foi necessário encaminhar a proposta do trabalho, uma declaração da orientadora e da universidade, assim como a autorização da FC e do comitê de ética, que foi encaminhado no início de fevereiro e com aprovação no início de maio. Tudo foi encaminhado por e-mail no início de maio de 2020 a juíza e o retorno foi imediato, mas diante da pandemia houve recusa para o momento devido às medidas de prevenção. A fim de não perder todo trabalho realizado, e sobretudo, de ouvir e acolher as perspectivas dos jovens, sugere-se aqui a continuidade da pesquisa, tendo em foco a realização de um grupo focal.

Por que realizar a técnica de Grupo Focal?

A técnica de Grupo focal faz parte das pesquisas de natureza qualitativa, e vem sendo cada vez mais utilizada. Pode ser definida como uma mescla de diferentes formas de trabalho em grupo, desenvolvidas na psicologia social.

A seleção dos participantes é feita de acordo com alguns critérios, como “características em comum que os qualificam para a discussão que será o foco do trabalho interativo e da coleta do material discursivo/expressivo” (GATTI, 2005, p. 7).

Segundo Powell e Single (1996, p. 449 *apud* GATTI, 2005, p. 7), grupo focal é “um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”.

O grupo focal é uma técnica usada há bastante tempo, sendo registrada pela primeira vez na década de 1920, em uma pesquisa sobre marketing, e em 1950 foi utilizada por R. Merton para fazer uma pesquisa sobre a reação das pessoas frente a uma propaganda de guerra. O uso dessa técnica foi se expandindo a partir dos anos 1970 e 1980, mas nesses momentos ainda não apresentavam rigor e sistematização exigidos pelos procedimentos de pesquisa científicos e foi a partir de 1980 que a preocupação em adaptar essa técnica para o uso da investigação científica cresceu.

Para Gatti (2005, p. 8),

a utilização do grupo focal, como meio de pesquisa, tem de ser integrada ao corpo geral da pesquisa e aos seus objetivos, com atenção às teorizações já existentes e às pretendidas. Ele é um bom instrumento de levantamento de dados para investigações em ciências sociais e humanas, mas a escolha de seu uso tem de ser criteriosa e coerente com os propósitos da pesquisa.

Durante a condução da técnica toma-se todo o cuidado necessário para manter o princípio da não diretividade por parte do moderador, para não induzir as respostas dos participantes. O papel do mediador será o de fazer encaminhamentos ao tema, e intervenções que facilitem as trocas, além de procurar manter o foco nos objetivos do trabalho. De nenhum modo esse mediador deve se posicionar, fechar questões, fazer sínteses, propor ideias com o objetivo de inquirir questões diretamente.

Fazer a discussão fluir entre os participantes é sua função, lembrando que não está realizando uma entrevista em grupo, mas criando condições para que este se situe, explicita pontos de vista, analise, infira, faça críticas, abra perspectivas diante da problemática para o qual foi convidado a conversar coletivamente. (GATTI, 2005, p. 9).

Trata-se de uma interação coletiva entre o grupo e não apenas pautada em perguntas e respostas entre moderador e participantes do grupo. “Há interesse não somente no que as pessoas pensam e expressam, mas também em como elas pensam e porque pensam o que pensam” (GATTI, 2005, p. 9).

De acordo com Morgan e Krueger (1993 *apud* GATTI, 2005, p. 9):

A pesquisa com grupos focais tem por objetivo captar, a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações, de um modo que não seria possível com outros métodos, como por exemplo, a observação, a entrevista, ou questionários. O grupo focal permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de se manifestar.

Comparado à observação, o grupo focal permite uma recolha de informações em menos tempo que a primeira, e em relação à entrevista, o grupo focal destaca-se, pois permite que se apreendam questões voltadas ao coletivo. Já em consideração ao questionário, a técnica do grupo focal proporciona respostas mais completas e ainda permite compreender melhor a lógica delas e as representações que as embasam.

Conforme os autores antes citados, os grupos focais são particularmente úteis nos estudos em que há diferenças de poder entre os participantes e decisores ou especialistas, em que há interesse pelo uso cotidiano da linguagem e da cultura de um grupo particular, e quando se quer explorar o grau de consenso sobre um certo tópico. Poderíamos acrescentar: quando se quer compreender diferenças e divergências, contraposições e contradições. (GATTI, 2005, p. 10).

O grupo focal possibilita ainda um encorajamento para uma conversa aberta sobre temas embaraçosos/difíceis para as pessoas.

A pesquisa com grupos focais, além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão, permite também, a compreensão de ideias partilhadas por pessoas no dia-a-dia e dos modos pelo quais os indivíduos são influenciados pelos outros. (GATTI, 2005, p. 11).

A técnica ainda pode apresentar limitações em razão do número reduzido de participantes e da forma de seleção destes.

Cuidados ao aplicar o grupo focal:

- a) manter o foco no assunto, deixando um clima aberto às discussões, livre de ameaças;
- b) os participantes precisam se sentir seguros e confortáveis para enveredarem para o lado que quiserem;
- c) o convite deve ser motivador, atraente, mas a adesão deve ser voluntária.

A escolha da técnica do grupo focal para um trabalho de pesquisa deve orientar-se pela aderência da técnica aos objetivos do estudo e a relevância dos dados que com ela se pode obter para o problema de pesquisa. (GATTI, 2005, p. 13-14).

A técnica do grupo focal não é recomendada quando quer se fazer um grupo chegar a um consenso, ou quando exporá alguém a falar sobre um tema bastante delicado, ou, ainda, quando o ambiente estiver carregado emocionalmente, e quando não puder assegurar a confidencialidade fora do grupo.

Inclusive sobre essa última questão, da confidencialidade, ficou acertado na reunião junto à FC que nenhum agente socioeducativo ficaria dentro da sala no momento do grupo, favorecendo também a livre liberdade de expressão dos jovens.

Segundo Momento: ANÁLISE CRÍTICA DA REALIDADE

O segundo momento de análise crítica da realidade deverá ser realizado considerando as três partes:

- 1) análise dos professores sobre as representações deles mesmos sobre o futuro desses jovens;
- 2) análise das representações dos jovens sobre seu futuro;
- 3) comparação e identificação de problemas que permitam a reflexão crítica e a conscientização dos professores.

Esse momento é o de análise dos resultados do questionário aplicado aos docentes e dos resultados do grupo focal com os jovens. No primeiro encontro apresentam-se aos professores as representações presentes, realiza-se uma análise crítica, os que essas respostas revelam. Depois em novos encontros discute-se em cada pergunta sobre as classes e suas respectivas categorias.

Esta etapa caracteriza-se por um recuo crítico do grupo da instituição, que passa assumir a crítica de sua própria ação, através de procedimentos e reflexão sobre a sua prática. Esse *recuo crítico* efetiva-se basicamente pela tomada de consciência, pelo grupo, das distâncias que por vezes existem entre as propostas e as ações de uma organização: inclui a análise das disfunções e barreiras reais ou potenciais que obstaculizam a consecução do desejável. Procura-se, ainda, nesta etapa, explicitar as contradições existentes a nível das ações grupais. (SAUL, 1988, p. 57).

Importante considerar que ninguém muda de comportamento de uma hora para outra, e esse trabalho exige um aprofundamento e tempo necessário para todas as considerações importantes nesse processo.

Considerando também a riqueza e importância do trabalho, além de alguns requisitos necessários, como experiência em pesquisa e avaliação, sugerimos a participação nos encontros das professoras doutoras Clarilza Prado e Ana Maria Saul para formações, considerando os temas representações sociais e avaliação emancipatória.

Terceiro Momento: CRIAÇÃO COLETIVA

E, por fim, dando sequência à proposta de formação pautada na avaliação emancipatória, o terceiro momento seria o passo da construção coletiva, considerando também a análise dos resultados obtidos na realização do grupo focal com os jovens, é o momento de “delineamento de alterações necessárias no curso da ação de uma organização” (SAUL, 1988, p. 57).

Sugere-se nessa etapa o envolvimento de todos os participantes, no caso, os professores e os alunos da FC. Momento esse que poderia ser realizado durante as cinco aulas iniciais dos cursos do Senac que são voltadas ao mundo do trabalho.

Nessa etapa é importante explicitar a responsabilidade e o compromisso dos grupos na tomada de decisões e encaminhamento das mesmas. É possível que se torne necessária a criação de novas estruturas que favoreçam a participação e a formação permanente do pessoal da organização. (SAUL, 1998, p. 58).

É o momento da tomada de decisão, podendo analisar os registros das pesquisas por parte dos atores envolvidos direcionando possibilidades de mudança em vias de melhoras, sobretudo em relação ao futuro dos jovens, mas não desconsiderando a reflexão da realização dos cursos ofertados pelo Senac, tendo em

vista, por exemplo, as responsabilidades de cada um nesta caminhada, o estabelecimento de novos contratos dos atores envolvidos, a elaboração de novas propostas de trabalho, entre outras.

Para Saul (1988, p. 58), três perguntas precisam ser respondidas pelos professores nesta etapa: “1. Que tipo de homem se quer formar e com que meios? 2. Que tipo de sociedade se deseja? 3. O que a instituição educacional pode e deve fazer, considerando a realidade em que está inserida?”

Considerando a natureza do contexto pesquisado, educação em regime de internação e as perguntas sugeridas pela autora acreditamos na possibilidade de uma alternativa emancipatória, facilitando também o engajamento de pessoas mais envolvidas, conscientes de suas possibilidades e limites e a busca de soluções para os problemas (SAUL, 1988).

Acreditamos que a participação dos alunos nessa etapa poderá agregar valor aos cursos ofertados e maior envolvimento dos atores, haja vista sua responsabilidade no processo de construção de novas oportunidades de futuro aos jovens, ou seja, a reconstrução de sua própria história.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

Paulo Freire

Com esta pesquisa pretendemos desvelar as perspectivas de futuro que os professores dos cursos profissionalizantes do Senac que atuam na FC vislumbram para seus alunos, e a partir disso procuramos subsídios para uma sugestão de formação aos profissionais que seja mais eficaz e significativa, sobretudo para a vida e o futuro desses jovens.

Sousa e Novaes (2013, p. 33) ressaltam a subjetividade do professor “enquanto possibilidade de análise da contribuição do *outro* na constituição do *si mesmo*, não é apenas uma tarefa de pesquisa, é um ato político”, considerando sua formação e desenvolvimento profissional.

Levando em consideração que o grupo de professores participantes da pesquisa é relativamente bem preparado academicamente, ou seja, 37% possuem pós-graduação, seguido de 23% com pós incompleta e 17% com graduação completa, faz-se necessário desvelar as representações que levam esses docentes a não crer no futuro desses jovens, sobretudo traçar estratégias que revertam esse pensar considerados por nós, negativos e desfavoráveis para o desenvolvimento e transformação dos jovens envolvidos.

Resgatando os objetivos propostos para o trabalho, podemos apontar como elemento principal do núcleo central das RS dos professores em relação aos seus alunos, jovens que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação na FC, a questão da falta de perspectiva de futuro na vida desses adolescentes. Os professores ancoram suas representações nessa baixa visão de futuro, o que consequentemente pode interferir no processo de ensino e aprendizagem.

Mazzotti (1994) contribuiu para os aspectos teóricos e aplicações à Educação a importância do estudo da RS

A primeira, de natureza eminentemente teórica, foi a de demonstrar que, apesar das lacunas e dificuldades mencionadas, a teoria das representações sociais oferece um instrumental teórico-metodológico

de grande utilidade para o estudo da atuação do imaginário social sobre o pensamento e as condutas de pessoas e grupos. A segunda preocupação foi estimular a reflexão de professores e pesquisadores sobre as possibilidades oferecidas por esse campo de estudos para a compreensão dos sistemas simbólicos que, atuando nos níveis grupal e macrosocial, interferem nas interações cotidianas na escola, contribuindo para a produção do "fracasso escolar". (MAZZOTTI, 1994, p. 75)

Ou seja, é importante que os professores identifiquem e reconheçam suas RS sobre os alunos e reflitam sobre as contradições entre suas percepções e conhecimentos, sobre as condições de vida desses jovens e as visões do que é ter um bom futuro, tanto as suas quanto as dos jovens.

Compreendendo que a educação em regime socioeducativo possui características muito próprias e contextos distintos, é primordial esse olhar atento e cuidadoso do professor com vistas a possibilidades mais positivas de construção de um futuro aos jovens.

Como práxis pedagógica, a socio educação compartilha objetivos e critérios metodológicos próprios de um trabalho social reflexivo, crítico e construtivo, mediante processos educativos orientados à transformação das circunstâncias que limitam a integração social, uma melhora significativa do bem-estar coletivo e, por extensão, a sua legítima aspiração a uma maior qualidade de vida. (ZANELLA, 2010, p. 19).

Enfim, a socioeducação é pautada por uma definição muito mais ampla, “que não se restringe ao processo de escolarização formal, mas se estende para uma educação voltada para a formação de um ser social” (CARVALHO, 2018, p. 54).

A importância de um profissional reflexivo, conforme destaca Freire (1996), salienta o quanto pensar em sua própria prática e as situações que a cercam favorecem a busca de caminhos mais eficientes em seu exercício profissional. O presente estudo pretende contribuir para a formação dos professores, refletindo acerca das representações de futuro que possuem sobre os jovens da FC, colaborando para resultados mais favoráveis que aqueles previamente relatados no questionário.

Como sugestão de formação acreditamos que a proposta de uma trajetória emancipatória será um caminho promissor, principalmente pela característica

marcante em sua essência que é clarear caminhos de transformação, com foco no futuro, tema fundamental deste trabalho e de extrema necessidade.

Acrescentamos que durante esses meses de isolamento obrigatório em cumprimento à quarentena adotada pelo governo do Estado de São Paulo, como medida de proteção contra o Covid-19, todos nós sentimos na pele o aprisionamento, mesmo que de forma subjetiva, e, pelo menos para a pesquisadora, não está sendo uma experiência das mais prazerosas. Com essa vivência, experienciamos o que provavelmente um aprisionamento real pode ocasionar nas estruturas físicas, sociais e psíquicas, como no caso de uma internação.

E de todos os aspectos discutidos, talvez desenvolver a autonomia seja uma das questões mais delicadas na educação em regime de internação devido a todo processo inverso que ocorre dentro das unidades, ou seja, a falta de autonomia dos jovens, por questões muitas vezes relacionadas à organização, regras e estrutura dos locais, onde os horários devem ser cumpridos igualmente para todos, como, por exemplo, hora de acordar, alimentar-se, higiene, ir à escola, cursos, deitar-se, dia após dia.

Entretanto, apoiamos e acreditamos nas palavras defendidas por Carvalho:

A socioeducação, portanto, situa-se no campo da educação social, apoiando-se na afirmação e efetivação dos direitos humanos e no compromisso com a emancipação e autonomia de cada sujeito em sua relação consigo mesmo e com a sociedade. A socioeducação se orienta por valores de justiça, igualdade, fraternidade, entre outros, e tem como objetivo desenvolver competências interpessoais no sujeito que possibilitem construir a sua própria autonomia, possibilitando que os sujeitos rompam e superem as condições de violência, de pobreza e de marginalidade que caracterizam sua exclusão social. (CARVALHO, 2018, p. 55).

Temos também um grande desafio, maior que a formação, que é pensar como podemos construir uma sociedade mais justa, igualitária, sem que tenhamos que propor adaptações aos jovens para adequá-los ao modelo de sociedade capitalista de consumo. Criar acesso ao trabalho a todos de forma digna e não precária (como vem ocorrendo com a “uberização”²⁶ do trabalho), a fim de minimizar os efeitos da enorme desigualdade social.

²⁶ As novas configurações das relações de trabalho trazidas pelos aplicativos configuram um processo de precarização. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/uberizacao-do-trabalho>. Acesso em: 23 maio 2020.

Pode parecer uma utopia a realização de um sonho, de um mundo mais justo e digno a todos, da valorização do jovem, do respeito às suas especificidades e reconhecimento de suas qualidades. No entanto, a autora dedica sua vida profissional como professora, e agora como pesquisadora e, futuramente, inclusive, pretende compreender mais profundamente tais questões, considerando o ponto de vista dos jovens. Nas palavras de Silva:

Conhecer as experiências estudantis não se resume a conhecer sucessos e fracassos vivenciados pelos estudantes, inclui conhecer suas impressões e perspectivas sobre a escola e o processo educativo ao qual foram/estão submetidos. Assim, buscamos conhecer qual concepção de direito à educação eles possuem, como avaliam a escola que frequentam na unidade socioeducativa e quais perspectivas de futuro têm construído e se essa construção tem sido intermediada pela formação escolar que lhes tem sido ofertada. (SILVA, 2019, p. 142).

E, por fim, infelizmente não podemos desconsiderar a realidade política do mundo, em especial do Brasil, contexto esse também importante para o professor, não apenas analisando o aspecto profissional, mas principalmente o aspecto humano e social.

Em tempos em que o fascismo urge em diversas partes do mundo; em que se amplia a adesão aos discursos e práticas higienistas; em que os Direitos Humanos são atacados e cerceados; em que crianças, adolescentes e jovens têm se tornado os alvos mais expoentes da violência e da criminalidade; a educação não pode ser posta à mercê dos ventos. A escola tem sido convocada, mais do que nunca, a exercer sua função social, reconhecer-se como dispositivo de proteção dessa população. E a escola socioeducativa tem sido compelida a superar esse ostracismo que lhe foi imposto e tornar-se protagonista na reeducação dos estudantes ali atendidos. (SILVA, 2019, p. 194-195).

São propostas de certa forma ousadas, porém necessárias, utópicas talvez, entretanto, amparadas do mais completo desejo e crença na juventude, amparada por uma educação mais humana, reflexiva, participativa, crítica, enfim emancipatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. **Por uma educação romântica**. Campinas: Papyrus, 2002.

BARROS, A. M. **Escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação: estudo bibliográfico**. 2015. 184f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BOCK, A. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 63-76, jan. /jun. 2007.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Resolução nº 46**, de 29 de outubro de 1996. Regulamenta a execução da medida socioeducativa de internação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília – DF: CONANDA: 2016.**

_____. Panorama Nacional A execução das Medidas Socioeducativas de Internação. **Programa Justiça ao Jovem**. Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – Brasília – DF: 2012.

BUENO, J. G. S.; PENNA, M. G. O. A docência no ambiente prisional: entre a autonomia e a opressão. **Etnográfica**, v. 20, n. 2, p. 387-409, 2016. Disponível em: <http://etnografica.revues.org/4326>. Acesso em: 19 maio 2019.

CAMARGO, B. V. **ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais**. In Moreira, A. S. P.; Camargo, B. V.; Jesuíno, J. C.; Nóbrega, S. M. (Eds.) *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais*, João Pessoa: Editora da UFPB, 2005.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. **Temas em Psicologia**, UFSC, V. 21, n. 2, P. 513-518, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016. Acesso em: 13 de set. 2020.

CARVALHO, V. R. V. de. **O sentido do trabalho escolar para o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação**. 2017. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

CARVALHO, L. R. M. **Adolescente em conflito com a lei e políticas públicas: a socioeducação é um direito fundamental?** 2018. 63f. Dissertação (Mestrado em direito)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

COSTA JUNIOR, A. D. C. **O trabalho docente com adolescentes privados de liberdade: sentido de professores**. 2019. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

_____. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro. v. 13, n. 37, p. 57-70, jan./abr. 2008.

GILLY, M. Psicosociología de la educación. In: MOSCOVICI, S. et alii. **Psicología social: psicología social y problemas sociales**. 4. ed. Barcelona: Paidós, 1986. (Cognición y Desarrollo Humano).

_____. As representações sociais no campo da educação. In: JODELET, Denise. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

GONÇALVES, R. T. Entre o mundo e a casa: a passagem pelo centro de atendimento socioeducativo ao adolescente – Fundação Casa e a aproximação aos códigos e procedimentos do sistema prisional. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**, Marília, n. 16, p. 137-161, nov. 2015.

_____. **A juventude fora da casa. Os jovens egressos do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente-Fundação Casa**. 2015. 229f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2015.

IPEA. **Atlas da violência**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

JODELET, D. **Representações sociais, um domínio em expansão**. Tradução Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica Alda Judith Alves Mazotti. UFRJ Faculdade de Educação. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324979211_Representacoes_sociais_Um_dominio_em_expansao/download. Acesso em: 26 maio 2019.

KRUG, F.L. **IRAMUTEQ em um acervo literário: amostra de um trabalho possível**. 2017. 242f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2017.

LOURENÇO, J. K. S. **Representações sociais dos professores em relação aos adolescentes em conflito com a lei**. 2012. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2012.

MACHADO, A. C. P. **Os cursos de qualificação profissional básica de uma OSCIP na Fundação Casa: modos de educar por meio e em instituições**. 2015. 98f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Paulo, São Paulo, 2015.

MACHADO, L. B. **Representações sociais, educação e formação docente: tendências e pesquisas na IV jornada internacional**. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/geral/educacao_foco/representantessociaislaedamachado.pdf. Acesso em: 26 maio 2019.

MARQUES, I. **Aí eu voltei para o corre**. Estudo da reincidência infracional do adolescente no Estado de São Paulo. 2018.

MARZOCHI, A. S. **História de vida dos jovens da Fundação Casa: o lugar da escola nessas vidas**. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação. **Em aberto**, Brasília, v. 61, p. 60-78, 1994.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

_____. Lo social em tiempos de transición (Entrevista concedida a Mireya Losada). **SIC**, Venezuela, n. 617, p. 302-305, ago. 1999.

OLIC, M. B. Entre os dispositivos e as disposições: relações de poder em tempos de Fundação CASA. **Ponto.Urbe** (USP), São Paulo, v. 1, p. 1-30, 2013.

OLIVEIRA, A. **A Fundação CASA e o trabalho educativo escolar**. 2010. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ONOFRE, E. M. C. Educação escolar na prisão na visão dos professores: um hiato entre o proposto e o vivido. **Revista Reflexão e Ação**, UNISC, v. 17, n. 1, p. 227-244, 2009. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/836/640>. Acesso em: 19 de maio 2019.

SAAB, S.G.; LIMA, C. A. Políticas de educação no Brasil e adolescentes em conflito com a lei: uma análise temporal sobre os estudos da área de educação em universidades federais. **Revista GeoPantanal**, UFMS, n. Especial, p. 243-267, 2016. Disponível em: <https://seer.ufms.br/index.php/revgeo/article/download/2716/2419>. Acesso em: 28 jul. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Deliberação CEE n. 13. **Diário Oficial do Estado**, 11 de agosto de 1973, p. 20-21.

_____. **Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de São Paulo**. Governo do Estado de São Paulo, 2014.

SAUL, A.M. **Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo: Cortez, 1988.

SILVA, R. **Didática no cárcere II, entender a natureza para entender o ser humano e o seu mundo**. São Paulo: Giostri, 2018.

SILVA, K. C. **A garantia do direito à educação para adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação.** 2019. 206f. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SOUSA, C. P. **Qual futuro? Representações sociais de professores, jovens e crianças.** São Paulo: Pontes, 2018.

SOUZA, A. **Atribuições profissionais de pedagogos da Fundação Casa/SP: entre o prescrito e as práticas cotidianas.** 2015. 178f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOUZA, R. V. P. A. de. **O ensino formal da Fundação CASA e a interdisciplinaridade como busca de sentido para um novo currículo.** 2011. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

VELOSO, A. C. G. P. **Como a escola é vista pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.** 2014. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ZANELLA, M. N. Adolescente em conflito com a lei e escola: uma relação possível? **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, UNIBAN, v. 3, p- 4-22, 2010. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/adolescencia/article/view/239>. Acesso em: 22 maio 2020.

ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)

Sra. Gerente da Unidade Penha, Euridineia Machado Marques da Silva

O Programa de Pós-Graduação em Educação: Formação de Formadores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, propõe em suas diretrizes curriculares, a realização de pesquisas, para atender a essas demandas, estamos desenvolvendo um estudo como parte de nossa formação no mestrado sob orientação da Profa. Dra. Clarilza Prado de Sousa. Portanto, se faz necessário obtermos um espaço que possibilite esse exercício.

Solicitamos a permissão para que a mestranda Patricia Carnicelli Spadaccini, regularmente matriculada nesta instituição de Ensino Superior, possa realizar a pesquisa para fins de produção de conhecimento **sobre a representação social dos professores sobre jovens estudantes de 15 a 18 anos.**

Agradecemos a colaboração, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 4 de setembro de 2018.

Profa. Dra. Clarilza Prado de Sousa
Professora e Orientadora do Programa de Pós-Graduação
em Educação: Formação de Formadores

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS PROFESSORES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Patricia, Carnicelli Spadaccini, aluna do mestrado do Programa Formação de Formadores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo estou realizando uma pesquisa com o título Perspectivas de futuro de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação e gostaria de contar com sua participação.

Você está sendo convidado a participar como voluntário. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com a pesquisadora.

Como objetivo geral temos a preocupação em contribuir para a formação dos professores, a fim de contribuir com propostas significativas visando a questão do futuro do jovem e como objetivos específicos pretendemos compreender como os docentes do Senac que atuam na Fundação Casa elaboram as perspectivas de vida e de futuro de jovens desta instituição, assim como compreender como os jovens da Fundação Casa vislumbram seu próprio futuro.

Convido você a contribuir com a pesquisa que estou desenvolvendo respondendo a um questionário com perguntas fechadas sobre seu perfil e perguntas abertas sobre sua visão da relação do jovem que cumpre a medida socioeducativa de internação da Fundação Casa em relação a si mesmo, com sua família, professores e o futuro, além de uma descrição desse jovem e uma dica que daria a ele.

Sua participação é anônima e voluntária, havendo o direito ao sigilo e sua desistência a qualquer tempo sem prejuízo ou ônus. A pesquisa tem como objetivo analisar o futuro dos jovens estudantes da Fundação Casa. Os resultados da pesquisa devem colaborar para o desenvolvimento de minha dissertação de mestrado com objetivo de compreender como os docentes do Senac que atuam na Fundação Casa elaboram as perspectivas de vida e de futuro de jovens desta instituição. Havendo interesse, apresentarei os resultados à Instituição.

O papel do Comitê de Ética e Pesquisa é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre

proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC-SP na Rua: Rua Ministro Godói, 969 – Sala 63-C (Andar Térreo do E.R.B.M.) - Perdizes - São Paulo/SP - CEP 05015- 001 Fone (Fax): (11) 3670-8466 e e-mail: cometica@pucsp.br.

Estando de acordo, solicito assinar o presente documento, declarando sua ciência em relação à pesquisa, cooperando assim com o pesquisador.

ASSINATURA

Data: ____/____/____.

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da Resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante.

(Assinatura do pesquisador)

Data: ____/____/____.

ANEXO C – QUESTIONÁRIO

Estou desenvolvendo uma pesquisa no curso de Mestrado Profissional, em Educação, na PUC - SP e gostaria de contar com sua colaboração, respondendo com sinceridade às questões apresentadas.

O objetivo da pesquisa refere-se ao jovem de 15 a 18 anos. Sua contribuição é fundamental para o desenvolvimento desse estudo.

Agradeço sua participação, pois é muito importante! Havendo interesse, logo que a pesquisa for concluída, colocarei os resultados à sua disposição.

Agradeço.

Importante esclarecer que, não há resposta certa ou errada e o questionário é anônimo.

1) Perfil (Indique apenas algumas de suas características):

1.1 - Idade: _____

1.2 - Gênero: () Feminino () Masculino () _____ Outros-Qual?

1.3 - Formação: () Tecnólogo Completo () Tecnólogo Incompleto

() Graduação Completa () Graduação Incompleta

() Pós-graduação Completa () Pós-graduação Incompleta

() Mestrado Completo () Mestrado Incompleto

() Doutorado Completo () Doutorado Incompleto

() outro(s): _____

1.4 – Tempo de atuação no magistério: _____

2) Por favor, responda:

1. – Como você descreveria o jovem de 15 a 18 anos de sua escola para alguém que não conhece sua instituição.

3) Apresente, especificando melhor, como esse jovem se relaciona com:

3.1 Os professores:

3.2 Com a família:

3.3 Com ele mesmo:

3.4 Com o futuro:

4) Se você pudesse dar uma “dica” (orientação) a esses jovens o que você diria?

Muito obrigado!



ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DE FORMADORES

Ao Comitê de Ética em Pesquisa

PARECER CONSUBSTANCIADO

Projeto: PERSPECTIVAS DE FUTURO DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO.

Pesquisador (a). Responsável: Patricia Carnicelli Spadaccini

Instituição Responsável: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores (Mestrado Profissional)

A temática da pesquisa é relevante, pois trata-se de um contexto pouco conhecido, com um número restrito de publicações sobre o assunto em específico e de suma importância para a população pesquisada.

Acresce que os profissionais que atuam nas unidades de internação de cumprimento de medida socioeducativa passam por transformações significativas de seu papel docente necessitando de formação e aprimoramento focados nesses jovens.

O Projeto de Pesquisa está bem delineado, problemas e objetivos claramente explicitados; a proposta de análise dos dados está coerente com os objetivos que se pretende atingir.

A bibliografia é atual e relevante para a temática.

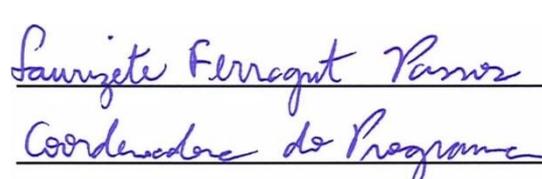
São Paulo, 23 de janeiro de 2020

Dr. Nelson Simão Gimenes

ANEXO E – FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa • — CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: PERSPECTIVAS DE FUTURO DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 5			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: PATRICIA CARNICELLI SPADACCINI			
189.301.228-09		7. Endereço (Rua, n.º): TAVANNES LAUZANE PAULISTA 031 SAO PAULO SAO PAULO 02443090	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 11968544650	10. Outro Telefone:	11. Email: patriciaspad@gmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>20</u> / <u>01</u> / <u>Zoa-o</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP		13. CNPJ: 60.990.751/0002-05	14. Unidade/Órgão:
15. Telefone: (11) 3670-8466	16. Outro Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável:	 Coordenadora do Programa		CPF: <u>869.775.208-68</u>
Cargo/Função:			
Data: <u>2-0</u> / <u>01</u>	<u>Z02D</u>	 Profa. Dra. Laurizete F. Passos Coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores do PNEC-SP	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica			

ANEXO F – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERSPECTIVAS DE FUTURO DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. **Pesquisador:** PATRICIA CARNICELLI SPADACCINI **Área**

Temática:

Versão: 2

CAAE: 29439020.2.0000.5482

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.002.035

Apresentação do Projeto:

Trata-se de protocolo de pesquisa para elaboração de Dissertação de Mestrado Profissional no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores (PEPG em FORMEP), vinculado à Faculdade de Educação (FE) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Projeto de pesquisa de autoria de Patricia Carnicelli Spadaccini, sob a orientação do Prof. Dr. ou da Profa. Dra.

A proposta de pesquisa em tela, apresenta resumidamente que "(...) A presente pesquisa tem o intuito de analisar as perspectivas de futuro dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação da Fundação Casa.

Introdução

O interesse pelo estudo surgiu no contexto das reflexões que marcaram a trajetória profissional da autora e consolidou-se no decorrer do segundo semestre do mestrado.

Toda a história profissional, o envolvimento com a causa social, o trabalho com os jovens, além de sua história familiar e a atividade que vem desenvolvendo na Fundação Casa foram fundamentais para a escolha da pesquisa que aqui será desenvolvida.

Trata-se de jovens com atraso na escolaridade, vindos muitas vezes de abandono escolar ou de um processo de exclusão, deparando-se com um currículo muitas vezes distante de sua realidade e necessidade. Com isso, a aproximação constante com esses jovens em privação de liberdade fez emergir na pesquisadora o interesse em compreender em quais circunstâncias se dará o futuro desses jovens."

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as perspectivas de futuro de professores e dos próprios jovens que se encontram internados na Fundação Casa (FC)

Objetivo Secundário:

- a) compreender como os docentes do Senac que atuam na Fundação Casa elaboram as perspectivas devida e de futuro de jovens desta instituição;
- b) compreender como os jovens da Fundação Casa vislumbram seu próprio futuro;
- c) contribuir para a formação dos professores, apontando o significado de se trabalhar com esses jovens.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos são de fato baixíssimos.

Os benefícios são de valor científico e acadêmico.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Acompanhamos integralmente o parecer de mérito acadêmico exarado pelo Prof. Dr. Nelson Simão Gimenes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A lista de documentos obrigatórios necessários a análise e revisão ética de seu projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP campus Monte Alegre (CEP-PUC/SP) é a seguinte:

1. Folha de Rosto - OK;

2. TCLE - PENDENTE;

2.1 DETALHAMENTO DA PENDÊNCIA: O modelo de TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado é deveras sucinto e não atende as recomendações prevista na Res. CNS/MS nº 466/2012 como também:

- a) Não menciona que o(s) provável(is) participante(s) da pesquisa tem(êm) direito ao sigilo, anonimato, a retirada do consentimento a qualquer tempo sem prejuízo ou ônus;

- b) Não mencionar ou solicitar documentos de ordem pessoal, como RG, CPF, entre outros, uma vez que geralmente cópias dos TCLEs preenchidos são juntados ao trabalho final o que poderá colocar tanto a pesquisadora quanto os participantes em uma situação de risco e exposição de dados de ordem pessoal;
- c) Acrescentar um parágrafo explicando o que vem a ser um Comitê de Ética em Pesquisa e qual seu papel no processo de avaliação e revisão ética das pesquisas que envolvem seres humanos de forma direta ou indireta;
- d) Acrescentar os dados de contato do CEP-PUC/SP como endereço, telefone, e-mail e horário de atendimento a saber, de 2ª a 6ª feira das 9h às 18h.

2.2 REANÁLISE DAS PENDÊNCIAS apresentadas no item 2.1 e suas alíneas:

2.2.1 COMENTÁRIOS DA RELATORIA: Todas as recomendações apresentadas foram atendidas a contento. Nesse aspecto, recomendamos a mudança do status PENDENTE para APROVADO.

3. Ofício de Apresentação - PENDENTE;

3.1 DETALHAMENTO DA PENDÊNCIA: Documento obrigatório não apresentado.

3.2 REANÁLISE DA PENDÊNCIA apresentada no item 3.1: O formulário que havia faltado na primeira submissão, foi devidamente incluído. As informações ali presentes estão de acordo com os demais documentos que compõem o presente PROTOCOLO DE PESQUISA. Dessa forma alteramos o status de PENDENTE para APROVADO.

4. Projeto de Pesquisa - OK;

5. Autorização para realização da Pesquisa - OK

6. Parecer de mérito acadêmico - OK;

Esta lista está disponível no site: www.pucsp.br/cometica/documentos-obrigatorios

Observação: aconselhamos que antes de qualquer procedimento de submissão na Plataforma Brasil, seja consultado o referido sítio, onde há vídeos tutoriais indicando o correto processo de submissão do projeto de pesquisa de acordo com as orientações do CEP-PUC/SP.

Recomendações:

Recomendamos que o desenvolvimento da pesquisa siga os fundamentos, metodologia, proposições, pressupostos em tela, do modo em que foram apresentados e avaliados por este Comitê de Ética em Pesquisa. Qualquer alteração deve ser imediatamente informada ao CEP-PUC/SP, indicando a parte do protocolo de pesquisa modificada, acompanhada das justificativas.

Também, a pesquisadora deverá observar e cumprir os itens relacionados abaixo, conforme indicado pela Res. 466/12:

- a) desenvolver o projeto conforme delineado;
- b) elaborar e apresentar o relatório final;
- c) apresentar dados solicitados pelo CEP, a qualquer momento;
- d) manter em arquivo, sob sua guarda, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, os seus dados, em arquivo físico ou digital;
- e) encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico participante do projeto;
- f) justificar, perante o CEP, interrupção do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem Pendências e Lista de Inadequações, portanto, somos de parecer favorável à aprovação e realização do projeto de pesquisa em tela.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado do Comitê de Ética em Pesquisa, campus Monte Alegre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - CEP-PUC/SP, aprova integralmente o parecer oferecido pelo(a) relator(a).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1497235.pdf	24/04/2020 19:19:25		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_professores.doc	16/04/2020 16:12:58	PATRICIA CARNICELLI SPADACCINI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_jovens.doc	16/04/2020 16:07:36	PATRICIA CARNICELLI SPADACCINI	Aceito
Outros	oficio.docx	16/04/2020 16:04:57	PATRICIA CARNICELLI SPADACCINI	Aceito
Outros	questionario_professores.docx	06/02/2020 17:06:17	PATRICIA CARNICELLI SPADACCINI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_portal_Brasil.doc	06/02/2020 17:05:36	PATRICIA CARNICELLI SPADACCINI	Aceito
Outros	grupo_focal.docx	04/02/2020 19:12:23	PATRICIA CARNICELLI SPADACCINI	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_instituicao.pdf	04/02/2020 19:02:02	PATRICIA CARNICELLI SPADACCINI	Aceito
Outros	oficio_apresentacao.pdf	04/02/2020 19:00:52	PATRICIA CARNICELLI SPADACCINI	Aceito
Outros	parecer.pdf	04/02/2020 18:55:14	PATRICIA CARNICELLI SPADACCINI	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	04/02/2020 18:37:43	PATRICIA CARNICELLI SPADACCINI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 30 de Abril de 2020

**Assinado por:
Antonio José Romera Valverde
(Coordenador(a))**

ANEXO G – GRUPO FOCAL COM OS JOVENS - MATRIZ

Objetivo da questão	Proposta de item
Levar o aluno a se identificar para um estranho	<p>Como você se descreveria para uma pessoa que te visse pela primeira vez?</p> <p>Auxiliares:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fale quem é você • Se apresente para uma pessoa que não te conhece • Pode falar o que quiser para dar uma ideia bem clara de quem é você.
Identificar como o aluno descreve sua relação com seu futuro	<p>1) Como você vê sobre seu futuro?</p> <p>Auxiliares:</p> <p>Descreva seu futuro para mim. Como seria?</p> <p>2) O que você está fazendo para isso acontecer?</p> <p>3) E se nada der certo (daquilo que respondeu), qual seu plano B?</p>
Identificar como o aluno descreve sua relação com os professores do Senac	<p>Fale de sua relação com os professores do Senac</p> <p>Auxiliares:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como esses professores ajudariam vocês em seu projeto futuro
Identificar como o aluno descreve sua relação com a família	<p>Como é sua família?</p> <p>Descreva seu relacionamento com sua família.</p> <p>Auxiliares:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como sua família poderia ajudá-lo em seu projeto futuro

ANEXO H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS JOVENS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Patricia, Carnicelli Spadaccini, aluna do mestrado do Programa Formação de Formadores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo estou realizando uma pesquisa com o título *Perspectivas de futuro de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação*, ou seja, o tema será a relação do jovem com o futuro e gostaria de contar com sua participação.

Você está sendo convidado a participar como voluntário. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa a assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com a pesquisadora.

Como objetivo geral temos a preocupação em contribuir para a formação dos professores, a fim de contribuir com propostas significativas visando à questão do futuro do jovem e como objetivos específicos pretendemos compreender como os docentes do Senac que atuam na Fundação Casa elaboram as perspectivas de vida e de futuro de jovens desta instituição, assim como compreender como os jovens da Fundação Casa vislumbram seu próprio futuro.

A pesquisa visa a conhecer o que pensam os jovens sobre a relação consigo mesmo, família, professores do Senac e futuro. Será realizado um bate papo em grupo com mais quatro jovens e você, com duração de 1h30 a 2 h, podendo variar de um a três encontros.

A pesquisa será realizada nas dependências da Fundação Casa. O dia e o horário serão previamente agendados. A sua identidade será preservada, pois cada indivíduo será identificado apenas por um número. A participação é voluntária e não terá nenhuma forma de remuneração ou custo, assim como é assegurada ausência de danos ou riscos, assim como a garantia do sigilo e sua desistência a qualquer tempo sem prejuízo ou ônus.

O papel do Comitê de Ética e Pesquisa é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel

coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC-SP na Rua: Rua Ministro Godói, 969 – Sala 63-C (Andar Térreo do E.R.B.M.) - Perdizes - São Paulo/SP - CEP 05015- 001 Fone (Fax): (11) 3670-8466 e e-mail: cometica@pucsp.br.

Agradecemos desde já sua atenção! Estando de acordo, solicitamos que assine abaixo, autorizando sua participação.

ASSINATURA

Data: ____/____/____.

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante.

(Assinatura do pesquisador)

Data: ____/____/____.

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DA FUNDAÇÃO CASA

FUNDAÇÃO CASA
CENTRO DE ATENDIMENTO
SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o projeto de pesquisa proposto pela Sra. PATRICIA CARNICELLI SPADACCINI, intitulado Enfrentando com os professores o futuro de alunos "ditos" sem futuro, referente ao seu Mestrado Profissional em Educação: Formação de Formadores no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUCSP, sob orientação da Profa. Dra. CLARILZA PRADO DE SOUZA, foi APROVADO para ser realizado no âmbito da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente — Fundação Casa-SP, conforme procedimentos estabelecidos em Portaria Normativa nº 155/2008.

São Paulo, 06/01/2020.

Fabrizio Mencarini
Gerente Técnico

ANEXO J – OFÍCIO À JUÍZA**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DE FORMADORES

São Paulo, 20 de janeiro de 2020

Excelentíssima Doutora Juíza Corregedora, da Fundação Casa
Senhora Cindy Covre Rontani Fonseca

Pelo presente, solicito autorização para realização de um grupo focal (modelo de entrevista coletiva) com cinco jovens maiores de idade em cumprimento de medida socioeducativa de internação do Centro de Referência Governador Mário Covas.

Trata-se de procedimento que é parte do estudo que estamos realizando com o objetivo de subsidiar processo de formação de professores do SENAC; que atitam no Centro de Referência Governador Mário Covas.

Reitero que a Fundação Casa está ciente e já aprovou a realização da pesquisa, conforme declaração anexa e os encontros a serem realizados serão devidamente agendados sem prejudicar as atividades dos jovens, podendo inclusive ser remarcados pela direção da unidade.

O projeto de pesquisa intitulado Enfrentando com os professores o futuro de alunos "ditos " sem futuro faz parte da dissertação do mestrado do Programa Formação de Formadores — FORMEP- da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, da pesquisadora Patricia Carniceili Spadaccini, RG 19.343.386-2, CPF 189.301.228-09, sob a minha supervisão, Professora Doutora Clarilza Prado de Sousa, RG 2995774-6, CPF. 27716813820.

Link de meu Currículo Vitae Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4090219754109759>

Declaro também que temos pleno conhecimento dos artigos 143 e 144 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, garantindo total segurança e sigilo da identificação de qualquer participante.

Atenciosamente

Clarilza Prado de Sousa

ANEXO K – RETORNO DA JUÍZA I**C O N C L U S ã O**

Em 04 de maio de 2020 faço estes autos conclusos à MMª Juíza de Direito, Drª Cindy Covre Rontani Fonseca. Eu, _____, Escr. subscr.

Vistos.

R.A como Pedido de Providências.

Trata-se de solicitação para realizar entrevista coletiva com cinco jovens da Fundação Casa, da unidade Governador Mário Covas, para pesquisa voltada ao desenvolvimento de dissertação de mestrado, formulado pela aluna da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Patricia Carnicelli Spadaccini.

Considerando a declaração pública de situação de pandemia em relação ao novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde – OMS, que exigiu da Fundação Casa a adoção de diversas providências, em atenção às determinações das autoridades de saúde e sanitárias, para preservar a saúde dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, dos servidores e colaboradores, entre elas, a restrição de acesso ao interior das unidades, determino, preliminarmente, a expedição de ofício à Presidência da Fundação Casa, com cópia do expediente, para manifestação, em 05 dias.

Com a vinda, tornem conclusos.

Ciência à interessada.

São Paulo, 10 de maio de 2020.

Cindy Covre Rontani Fonseca
Juíza de Direito

ANEXO L – RETORNO DA JUÍZA II**C O N C L U S Ã O**

Em 11 de maio de 2020, faço estes autos conclusos à MMª Juíza de Direito, Drª Cindy Covre Rontani Fonseca.

Eu, _____, Escr. subscr.

Vistos.

Ciente dos esclarecimentos prestados pela presidência da Fundação Casa.

O pleito deve ser indeferido.

A presidência da Fundação Casa, instada, manifestou-se de forma desfavorável à realização da pesquisa, considerando a necessidade de isolamento social como medida preventiva à propagação do novo coronavírus (COVID 19) enquanto perdurar a situação de pandemia decretada como estado de emergência de saúde pública.

E, de fato, considerando a situação mundial em relação ao novo coronavírus, classificada como pandemia e o alto risco de disseminação se mantido o fluxo regular de pessoas nas unidades da Fundação Casa, o momento é de extrema cautela, a fim de evitar o contágio.

Conforme já exposto, foi necessária a adoção de diversas medidas destinadas à garantia da saúde dos educandos que cumprem medida socioeducativa na Fundação Casa, dos servidores e colaboradores, entre elas, a restrição de acesso aos Centros de Atendimento.

Assim, inviável o acolhimento do requerimento formulado, enquanto perdurar a situação de pandemia, sem prejuízo da possibilidade de apresentação de novo requerimento futuramente.

Ante o exposto, indefiro o requerimento formulado e determino o arquivamento do presente Pedido de Providências.

Registre-se e oportunamente ao arquivo.

Ciência à interessada.

São Paulo, 11 de maio de 2020.

Cindy Covre Rontani Fonseca
Juíza de Direito